



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

**RELATÓRIO INTEGRAL DE
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
UEL – ANO BASE 2017**

Londrina – PR
Março/2018

DADOS DA MANTENEDORA

Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior – SETI

Pessoa Jurídica de Direito Público Estadual

CNPJ - 77.046.951/0001-26

Endereço - Avenida Prefeito Lothário Meissner, 350

Jardim Botânico CEP 80210 170

Município - Curitiba – PR

Fone - +55 (41) 3281 7300

www.seti.pr.gov.br

DADOS DA MANTIDA

Universidade Estadual de Londrina – UEL

CNPJ - 78.640.489/0001-53

Rodovia - Celso Garcia Cid PR-445, Km 380

Campus Universitário – Caixa Postal 10.011

CEP - 86057-970

Município - Londrina – PR

Fone +55 (43) 3371-4000

www.uel.br

REITORIA

Reitora Prof^a. Dra. Berenice Quinzani Jordão
Vice-Reitor Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali dos Santos

PRÓ-REITORIAS

Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN
Enfa. Dr^a. Cleuza Catsue Takeda Kuwabara

Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD
Prof^a. Dr^a. Sueli Édi Rufini

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG
Prof. Dr. Amauri Alcindo Alfieri

Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Me. Gilberto Hildebrando

Pró-Reitoria de Administração e Finanças - PROAF
Prof. Dr. Luis Fernando Pinto Dias

Pró-Reitoria de Recursos Humanos – PRORH
Prof. Dr. Leandro Ricardo Altimari

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/UEL
(Mandato 2016-2019)
(Portarias nº 7085/16; 146 e 147/2017; 3369/17 e 5848/17)

Presidente: Profª. Drª. Ana Cláudia Saladini (CEFE)

Vice-Presidente: Profª. Drª. Elisa Emi Tanaka Carloto (CCS)

MEMBROS TITULARES

Representantes Docentes

Profª. Drª. Cândida Alayde de Carvalho Bittencourt (CECA)

Prof. Dr. Henrique de Santana (CCE)

Prof. Dr. José Roberto Pinto de Souza (CCA)

Profª. Drª. Lucy Megumi Yamauchi Lioni (CCB)

Profª. Drª. Maria Bernadete de Moraes França (CTU)

Prof. Ms. Miguel Belinati Piccirillo (CESA)

Representantes Técnicos Administrativos

Marinalva Calabrez Rissi (PROPLAN)

Felipe Caldonazzo de Almeida Pereira (BC)

MEMBROS SUPLENTES

Representantes Docentes

Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli (CESA)

Profª. Drª. Ednéia Consolin Poli (CECA)

Profª. Drª. Juliana Bayeux Dascal (CEFE)

Profª. Drª. Maria Inês Rezende (CCE)

Profª. Drª. Milena Kanashiro (CTU)

Profª. Drª. Fernanda Pacheco Lassance (CCB)

Prof. Dr. Otávio Jorge Grigoli Abi Saab (CCA)

Representantes Técnicos Administrativos

Daniel Souza de Oliveira Correa (SEBEC)

Luís Roberto Augusto de Jesus (HU)

Representante da Sociedade Civil Organizada

Patrícia Eliane da Rosa Sardeto (OAB)

Representante Discente - Aguardando indicação.

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/UEL
(Mandato 2014-2016)**

(Portarias nº 3350/14; 3560/14; 5388/14; 5545/14 e 2853/16)

Presidente: Prof. Dr. Paulo Arnaldo Olak (CESA), a partir de 02.05.16
Profª. Drª. Silmara Sartoreto de Oliveira (CCB), até 01.05.16

MEMBROS TITULARES

Representantes Docentes

Profª. Drª. Ana Cláudia Saladini (CEFE)
Profª. Drª. Cândida Alayde de Carvalho Bittencourt (CECA)
Prof. Ms. Edison Archela (CCE)
Profª. Drª. Elisa Emi Tanaka Carloto (CCS)
Prof. Dr. José Roberto Pinto de Souza (CCA)
Prof. Dr. Jorge Daniel de Melo Moura (CTU)
Prof. Dr. Paulo Arnaldo Olak (CESA)
Prof. Dr. Sílvio José Stessuk (CCH)
Profª. Drª. Silmara Sartoreto de Oliveira (CCB)

Representantes Técnicos Administrativos

Marinalva Calabrez Rissi (PROPLAN)
Maristela Martins (LABTED)

Representante da Sociedade Civil Organizada

Rosemary Batista de Oliveira (OGPL)

Representante Discente

Paula Cortes de Ferraz Delfiol (Graduanda em Secretariado Executivo)

LISTA DE SIGLAS

AINTEC	Agência de Inovação Tecnológica
ARI	Assessoria de Relações Internacionais
ATI	Assessoria de Tecnologia de Informação
BC	Biblioteca Central
BRAFAGRI	Brasil França Agricultura
CA	Conselho de Administração
CAD	Comissão de Avaliação Docente
CAI	Comissão de Avaliação Institucional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCB	Centro de Ciências Biológicas
CCE	Centro de Ciências Exatas
CLCH	Centro de Letras e Ciências Humanas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CEA	Comissão Estadual de Avaliação
CECA	Centro de Educação, Comunicação e Artes
CEE/PR	Conselho Estadual de Educação do Paraná
CEFE	Centro de Educação Física e Esporte
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
CIUS	Conselho de Interação Universidade – Sociedade
CLCH	Centro de Letras e Ciências Humanas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMLP	Central Multiusuária de Laboratórios de Pesquisa da UEL
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COM	Coordenadoria de Comunicação Social
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
COPS	Coordenadoria de Processos Seletivos
COU	Clínica Odontológica Universitária
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CRES	Contrato em Regime Especial
CTAA	Comissão Técnica de Acompanhamento de Avaliação
CTU	Centro de Tecnologia e Urbanismo
CU	Conselho Universitário
CUIA	Comissão Universidade para os Índios
DAAI	Diretoria de Avaliação e Acompanhamento Institucional
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DASC	Divisão de Assistência à Saúde da Comunidade
DAT	Divisão de Apoio Técnico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOU	Diário Oficial da União
EaD	Educação a Distância
EAIC	Encontro Anual de Iniciação Científica
EDUEL	Editora da UEL
E-MEC	Sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação (Credenciamento e Recredenciamento de Instituições de Ensino Superior)
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAEPE	Fundo de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos

FOPE	Fórum Permanente das Licenciaturas
GEPE	Grupo de Estudos em Práticas de Ensino
HURNP	Hospital Universitário Regional Norte do Paraná
HV	Hospital Veterinário
IC	Iniciação Científica
IES	Instituto de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INTUEL	Incubadora Internacional de Empresas de Base Tecnológica
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social
LABESC	Laboratório Escola de Pós-Graduação
LABTED	Laboratório de Tecnologia Educacional
LOA	Lei de Orçamento Anual
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NEAD	Núcleo de Ensino a Distância
NT	Nota Técnica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OGPL	Observatório de Gestão Pública de Londrina
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores
PDEE	Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PEC-G	Programa Estudante Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIBID	Programa Instituição de Bolsas de Iniciação à Docência
PNPD	Programa Nacional de Pós-doutorado
PPC	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PROAF	Pró-Reitoria de Administração e Finanças
PROAP	Programa de Apoio a Pós-Graduação
PRODOC	Programa de Apoio a Projetos Institucionais com participação de recém-doutores.
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROINEX	Programa de Iniciação Extensionista
PROPE	Programa de Apoio ao acesso e Permanência para Formação do Estudante
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PRORH	Pró-Reitoria de Recursos Humanos
PUBLIC	Programa de Apoio a publicações envolvendo alunos de Iniciação Científica
QS	<i>Quacquarelli Symonds Limited</i>
RU	Restaurante Universitário
SAUEL	Sistema de Arquivos da UEL
SBUEL	Sistema de Bibliotecas da UEL
SEBEC	Serviço de Bem-Estar à Comunidade
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SESU	Secretaria de Educação Superior

SETI	Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIDE	Tempo Integral e Dedicação Exclusiva
TWAS	Third World Academy of Science
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNIFIL	Centro Universitário Filadélfia
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Contexto Educacional e Organizacional da Universidade Estadual de Londrina	11
1.2	Constituição e Desenvolvimento do Processo de Autoavaliação Institucional – UEL	14
2	METODOLOGIA	18
2.1	Considerações Preliminares	18
2.2	Etapas para a Construção do Relatório	20
3	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	25
3.1	Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional	25
3.1.1	Evolução Institucional a partir dos Processos de Planejamento e Avaliação Institucional	25
3.1.2	Projeto/Processo de Autoavaliação Institucional	26
3.1.3	Autoavaliação Institucional: Participação da Comunidade Acadêmica ..	28
3.1.4	Autoavaliação Institucional e Avaliações Externas: Análise e Divulgação dos Resultados	30
3.1.5	Elaboração do Relatório de Autoavaliação	31
3.2	Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional	32
3.2.1	Missão Institucional, Metas e Objetivos do PDI	32
3.2.2	Coerência entre o PDI e as Atividades de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação	35
3.2.3	Coerência entre o PDI e as Práticas de Extensão	36
3.2.4	Coerência entre o PDI e as Atividades de Pesquisa/Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural	38
3.2.5	Coerência entre o PDI e as Ações Institucionais no que se Refere à Diversidade, ao Meio Ambiente, à Memória Cultural, à Produção Artística e ao Patrimônio Cultural	39
3.2.6	Coerência entre o PDI e as Ações Institucionais Voltadas para o Desenvolvimento Econômico e Social	41
3.2.7	Coerência entre o PDI e Ações de Responsabilidade Social: Inclusão Social	43
3.2.8	Coerência entre o PDI e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico Racial	45

3.2.9	Internacionalização: Coerência entre o PDI e as Ações Institucionais...	46
3.3	Eixo 3 - Políticas Acadêmicas	48
3.3.1	Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Graduação	48
3.3.2	Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i>	51
3.3.3	Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação <i>Lato sensu</i>	53
3.3.4	Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Pesquisa ou Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural.....	55
3.3.5	Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Extensão	57
3.3.6	Políticas institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógica Tecnológica, Artística e Cultural	58
3.3.7	Comunicação da IES com a Comunidade Externa	60
3.3.8	Comunicação da IES com a Comunidade Interna	61
3.3.9	Programas de Atendimento aos Estudantes	63
3.3.10	Programas de Apoio à Realização de Eventos Internos, Externos e à Produção Discente	64
3.3.11	Política e Ações de Acompanhamento dos Egressos.....	65
3.3.12	Atuação dos Egressos da IES no Ambiente Socioeconômico	66
3.3.13	Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Coerência entre o PDI e as Ações Institucionais	67
3.4	Eixo 4 - Políticas de Gestão	68
3.4.1	Política de Formação e Capacitação Docente.....	68
3.4.2	Política de Formação e Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo.....	70
3.4.3	Gestão Institucional.....	71
3.4.4	Sistema de Registro Acadêmico.....	72
3.4.5	Sustentabilidade Financeira	73
3.4.6	Relação entre o Planejamento Financeiro (Orçamento) e a Gestão Institucional	75
3.4.7	Coerência entre Plano de Carreira e a Gestão do Corpo Docente	76
3.4.8	Coerência entre o Plano de Carreira e a Gestão do Corpo Técnico-Administrativo	78
3.5	Eixo 5 – Infraestrutura Física	79

3.5.1	Categoria 1: Políticas e Práticas Institucionais	79
3.5.1.1	Políticas institucionais e planos diretores de expansão, instalações, conservação e manutenção físicas.....	79
3.5.1.2	Zelo pelo patrimônio público.....	79
3.5.1.3	Acessibilidade: localização e comunicação	80
3.5.1.4	Biblioteca: funcionamento	80
3.5.1.5	Biblioteca: política de aquisição, expansão e atualização do acervo	81
3.5.1.6	Infraestrutura de serviços.....	81
3.5.2	Categoria 2: Instalações – Incluir: Rede Elétrica e Lógica, Saneamento e Gestão de Resíduos.....	82
3.5.2.1	Instalações físicas destinadas às atividades administrativas e administrativo-pedagógicas.....	82
3.3.5.2	Salas de aula	83
3.5.2.3	Sala(s) de professores	84
3.5.2.4	Gabinetes de trabalho para professores com dedicação exclusiva	85
3.5.2.5	Laboratórios destinados a atividades pedagógicas, incluindo os laboratórios de pesquisa da mesma natureza	85
3.5.2.6	Auditório(s) e sala(s) de conferência	87
3.5.2.7	Biblioteca: instalações físicas.....	88
3.5.2.8	Instalações sanitárias.....	90
3.5.2.9	Áreas de convivência e praças de alimentação.....	90
3.5.2.10	Infraestrutura para CPA	91
3.5.3	Categoria 3: Instalações – Incluir: Rede Elétrica e Lógica, Saneamento e Gestão de Resíduos.....	91
3.5.3.1	Equipamentos destinados às atividades administrativas e administrativo-pedagógicas.....	92
3.5.3.2	Acesso à rede mundial de comunicação – <i>internet</i>	92
3.5.3.3	Equipamentos destinados às atividades pedagógicas.....	93
3.5.3.4	Biblioteca: sistema de informatização	94
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

A autoavaliação institucional é um processo dinâmico, contínuo e de construção colaborativa, devendo ser um dos instrumentos que pode auxiliar no planejamento consciente, na qualidade, democratização e transparência da universidade. É uma oportunidade para a instituição refletir sobre a sua realidade e tomar decisões sobre o seu futuro, considerando a sua missão (GALDINO, 2015).

O PDI é um plano de desenvolvimento abrangente, de cunho político-institucional, explicitando a maneira como a universidade busca responder às demandas e aos desafios, em articulação com as instâncias sociais e governamentais que discutem a questão, assim como com setores organizados da sociedade civil. Descreve o diagnóstico dos recursos e instalações existentes na instituição; os objetivos de longa duração e as metas/ações propostas. Deve ser periodicamente revisto e atualizado de acordo com os resultados de avaliação sistemática das metas formuladas.

Historicamente, o PDI da UEL foi se configurando com o objetivo de conhecer e atender às demandas institucionais, subsidiando o planejamento de ações futuras. Em seu formato atual, o PDI está em sua segunda versão, sendo a primeira vigente entre 2010 e 2015 e a segunda, de 2016 a 2021. Este documento encontra-se em um processo contínuo de consolidação institucional, uma vez que tem buscado entender o contexto atual e projetar o futuro, em vista do compromisso social da UEL.

Como forma de apresentação deste relatório integral, referente aos anos base de 2015 a 2017, optou-se por contextualizar o modelo educacional e organizacional da Instituição, apresentar o desenvolvimento do processo de autoavaliação institucional e a metodologia para a consolidação deste, considerando uma análise e discussão dos resultados dos instrumentos aplicados, referente a cada eixo regulamentado pelo INEP, e finalmente encerrado pelas considerações finais da CPA.

1.1 Contexto Educacional e Organizacional da Universidade Estadual de Londrina

- **Histórico¹**

A autorização de criação da UEL, se deu no âmbito do sistema estadual por meio da Lei nº 6.034, de 06/11/69 (publicada no DOE-PR nº 209, págs. 1 e 2, de 10/11/69). O Decreto nº 18.110, de 28/01/70 (publicado no DOE-PR nº 275, págs. 1 e 2, de 30/01/70), criou a UEL sob a forma de fundação, a partir da junção de 5 faculdades de

¹ Extraído do PDI 2016-2021

Londrina, agregando os vários professores e disciplinas dos cursos, ofertados à época, em Departamentos, que posteriormente foram reunidos em centros de estudos.

A UEL iniciou suas atividades com 13 cursos de graduação: História, Geografia, Letras (anglo-portuguesas e franco-portuguesas), Pedagogia, Ciências (1º Grau), Direito, Odontologia, Medicina, Farmácia e Bioquímica, Ciências Biomédicas, Ciências Econômicas e Administração. Foi reconhecida por meio do Decreto Federal nº 69.324, de 07/10/71, publicado no DOU de 08/10/71.

A pós-graduação também teve início na Instituição na década de 70 com o retorno dos docentes que se encontravam em capacitação, sendo implantado, em 1972, o curso de especialização em Odontopediatria, seguido, no ano de 1973, pela implantação de 6 áreas de residência médica e pelos mestrados em Ciências de Alimentos (1975) e em Direito (1978).

Enquanto fundação estadual contou com recursos provenientes da contribuição do alunado e do governo do estado. Em 1987 foi implantado o ensino gratuito no nível de graduação, sendo transformada em autarquia pela Lei Estadual 9.663, de 16/07/91, publicada no Diário Oficial nº 3.555, de 16/07/91.

Possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, mas é dependente financeiramente do governo estadual, de onde se origina a maior parte dos recursos que asseguram sua operação e manutenção.

Em 2005, no processo seletivo vestibular, adotou o sistema de cotas para estudantes que se autodeclaram negros e para os estudantes oriundos de escolas públicas. A partir de 2010, utilizou os resultados do ENEM para preenchimento das vagas remanescentes e em 2015 regulamentou a adesão ao SISU e a reserva de vagas nos cursos de graduação da UEL (Resolução CEPE 055/2015).

- ***A Instituição Hoje²***

A UEL é hierarquicamente organizada de modo a regular as funções e atribuições de cada unidade, assegurando a eficiência das atividades com vistas à realização de sua missão, priorizando a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Os órgãos executivos da administração superior congregam funções burocráticas e administrativas da Universidade, agregados, direta ou indiretamente, à reitoria. São eles: Gabinete da Reitoria; Secretaria Geral dos Órgãos Colegiados Superiores; Assessoria de Auditoria Interna; ARI; ATI; Procuradoria Jurídica;

² Extraído do PDI 2016-2021

PROGRAD; PROPPG; PROEX; PROAF; PROPLAN, além da Prefeitura do Campus Universitário; COPS e COM.

Os nove centros de estudos e os cinquenta e sete departamentos constituem as unidades, sendo responsáveis pela organização dos cursos de graduação e de pós-graduação e dos projetos de pesquisa em ensino, de pesquisa e de extensão.

Conta ainda com órgãos suplementares com finalidade social, científica, cultural, técnica e esportiva, subordinados administrativamente à Reitoria e vinculados academicamente aos centros de estudos, para fins de integração de suas atividades com a comunidade interna e com a sociedade. São eles: Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss; Museu de Ciência e Tecnologia de Londrina; Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos; Escritório de Aplicação de Assuntos Socioeconômicos; Clínica Psicológica; HURNP; COU; Clínica de Especialidades Infantis (Bebê Clínica); Laboratório de Medicamentos; Casa de Cultura; Colégio de Aplicação Pedagógico da UEL Professor José Aloísio Aragão; Televisão Cultural e Educativa da UEL; Rádio FM UEL; HV e Fazenda Escola.

Além destes, possui seis órgãos de apoio: BC; LABTED; SEBEC; EDUEL; SAUEL e AINTEC, com a finalidade de atender à comunidade da UEL e à sociedade, constituindo campo de estágio para estudantes de graduação e de pós-graduação.

Em seu aspecto deliberativo, estrutura-se por meio do Conselho Universitário (CU), instância máxima na Universidade, composto pelas Câmaras de Legislação e Recursos, e de Finanças e Orçamento; do Conselho de Administração (CA) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), composto pelas Câmaras de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa, e de Extensão.

Em 2003, foi criado, por meio da Resolução nº 18/2003, do CU, o CIUS, órgão consultivo e propositivo, constituindo-se espaço privilegiado de interlocução da Universidade com os vários setores da sociedade.

A representação política dos estudantes no âmbito da Instituição, em especial nas instâncias superiores, ou seja, nos órgãos colegiados superiores (CEPE, CA e CU), se dá por intermédio de indicações e/ou escolha pelo Conselho Deliberativo do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que é o órgão de máxima representação estudantil. O DCE é formado por uma diretoria eleita pelos estudantes, cabendo aos próprios estudantes a organização da eleição. Articula-se com todos os centros acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação, que se constituem em rico espaço de convivência e de discussões.

O vestibular é realizado pela COPS, obedecendo aos dispositivos fixados, anualmente, pelo CEPE, e divulgado na página da UEL e outros órgãos de imprensa falada e televisiva de Londrina e região.

No ano de 2017 ofertou 3.080 vagas, sendo 2.482 no vestibular e 598 pelo SISU, distribuídas nos 66 cursos de graduação, incluindo turnos e habilitações. No primeiro semestre a UEL contava com 12.870 estudantes nos cursos de graduação.

1.2 Constituição e Desenvolvimento do Processo de Autoavaliação Institucional

A UEL está envolvida com a autoavaliação institucional desde a década de 1980, desenvolvendo ações nos seus diversos níveis e instâncias. Porém, ainda não havia elaborado um instrumento institucional de autoavaliação que estivesse atrelado ao SISU (1993), por meio do programa de avaliação institucional das universidades brasileiras, no qual foram institucionalizadas questões relativas à avaliação, juntamente com a comunidade acadêmica e demais unidades institucionais.

A CAD proposta na década de 1990, com o intuito de iniciar os processos internos de avaliação, julgou cumprir seus objetivos e propôs ainda na mesma década a criação da CAI inicialmente composta por representantes das 5 grandes áreas de conhecimento do CNPq (Humanas, Exatas, Biológicas, da Saúde e da Terra). Em 1994, a CAI alterou sua composição, passando a contar com representantes dos nove centros de estudos desta instituição, sendo eles: CLCH, CESA, CECA, CEFE, CCE, CCA, CTU, CCB e CCS.

A partir de 1996 o processo de avaliação começou a se esvaziar com a instituição do Exame Nacional de Cursos – “Provão” – e da Avaliação das Condições de Ensino. Já em 1999, foi criada a Comissão Permanente de Avaliação Institucional, em substituição a CAI, composta com a representação dos CA e CEPE, objetivando uma maior visibilidade institucional, inclusive com a alocação de recursos para as atividades de avaliação. Nesse mesmo ano, a UEL incorpora a Proposta de Avaliação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, retomando a proposta inicial do PAIUB.

Em 2002 a Instituição retoma a avaliação, orientada pelas discussões das políticas de avaliação do governo federal para a substituição do Exame Nacional de Cursos e da Avaliação das Condições de Ensino. Sendo assim, optou por reativar a DAAI, vinculada à PROPLAN, como núcleo responsável para o desenvolvimento de avaliação institucional.

De 2002 ao início de 2004, a DAAI buscou adequar-se tecnicamente para cumprir sua função de avaliação institucional. Projetos como o Perfil do Aluno Ingressante, Acompanhamento do Egresso, Projeto de Evasão, Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes da UEL, foram iniciativas que geraram dados iniciais, buscando subsidiar as atividades propostas pelas diferentes unidades da Universidade.

O PEI, iniciado em 2003, permitiu à instituição otimizar os recursos existentes

para o desenvolvimento das suas atividades, assim como propiciou a correção de deficiências acumuladas ao longo dos anos.

Em abril de 2004, a Política Nacional de Avaliação – SINAES propôs um sistema global e integrado por diversos instrumentos complementares de avaliação: Autoavaliação, ENADE, Avaliação Externa e Instrumentos de Informação – Censo e Cadastros.

Em parceria com a PROPLAN e em atendimento às orientações legais, a UEL instituiu uma CPA, com trabalhos orientados pela DAAI, que, em Junho de 2004 estabeleceu um período de dois anos de gestão para os membros da CPA, como órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos administrativos) e de representantes da sociedade civil organizada, com o apoio e suporte da DAAI – PROPLAN e dos órgãos executivos da Reitoria, Centros de Estudos, Departamentos, Colegiados de Cursos, Órgãos Suplementares e Órgãos de Apoio.

Em 2005, atendendo à solicitação do MEC, a UEL elaborou e encaminhou um programa de autoavaliação institucional, baseado nas dimensões do SINAES. Nesse mesmo ano, o CEE/PR assumiu os processos de avaliação no Sistema Estadual de Ensino, juntamente com a SETI, por meio da Comissão Especial de Avaliação (CEA).

A partir da nova constituição da CPA, em agosto de 2006, as atividades da comissão se concentraram na apreciação e aprovação do relatório de autoavaliação institucional encaminhado à SETI; no acompanhamento das avaliações externas dos cursos de graduação, que culminaram na avaliação do Sistema Estadual de Educação; e na elaboração do regimento interno da comissão e de propostas para organização de estrutura administrativa para gestão e execução das atividades referentes ao processo autoavaliativo na UEL.

Em 2007, realizou-se a primeira reunião temática com gestores acadêmicos e administrativos da UEL, com o tema “Planejando a Autoavaliação na UEL”, e também a elaboração da página da CPA (www.uel.br/cpa). Simultaneamente, a CPA preparou o roteiro de autoavaliação institucional e enviou, aos gestores acadêmicos e administrativos, sugestões para elaboração de relatórios setoriais para subsidiar a composição da proposta do programa de autoavaliação da UEL. A partir da proposta elaborada pela CPA para o regimento interno, em 2008, a comissão oficializou junto à administração superior a solicitação de elaboração e aprovação do PDI-UEL, a reavaliação do PPPI e, já nesse período, reivindicou infraestrutura física e recursos humanos e financeiros para o melhor desempenho dos trabalhos da CPA.

Pouco após, vivenciou-se um momento histórico na Instituição, com a aprovação do PPPI pelo CEPE, em 25 de novembro de 2010, e do PDI pelo CU, em 29 de abril de

2011. Ato contínuo, a CPA desencadeou um novo processo para reelaboração do Programa de Autoavaliação Institucional da UEL, em atendimento às exigências externas dos sistemas Estadual e Federal, procurando contemplar as diferentes especificidades e respeitar a identidade universitária.

Em 2011, considerando o Processo nº 10.861 de 14 de abril de 2004, o Decreto Estadual nº 1416 de 12 de setembro de 2007 e a Resolução do CU, nº 162/2008, a reitoria da UEL constituiu a CPA da UEL (Portaria nº 5.626/2011), para conduzir os processos de autoavaliação da instituição, com a sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP, MEC e SETI.

De acordo com Portaria nº 4.534/13, considerando a Portaria nº 5.626/11 e os Processos nº 18.880/13 e 11.370/13, ficou estabelecida a prorrogação do mandato dos membros da CPA por 60 dias, até 29 de setembro de 2013. A Portaria nº 5.456/13 (considerando as Portarias nº 5.626/11 e 4.534/13), estabeleceu nova prorrogação por mais 60 dias, até 28 de novembro de 2013. Por fim, de acordo com a Portaria nº 10.194/13, considerando a Portaria nº 5.626/11, prorrogou o mandato por mais 90 dias, até 26 de fevereiro de 2014.

A Lei nº 10.861/2004 (SINAES), em seu artigo 11, afirma que “cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA”. Nesse sentido, os membros da CPA solicitaram a mudança na designação do nome de Comissão Permanente de Avaliação para Comissão Própria de Avaliação, de acordo com o sistema avaliativo em nível estadual e federal.

Vale ressaltar que a CPA, na sua primeira formação acima mencionada, participou com representação na Comissão de Elaboração do PPPI e PDI, no GEPE, no FOPE, na CTAA e na CEA.

Desde 2014, a CPA tem se dedicado ao acompanhamento dos processos de avaliação externos, bem como à elaboração, acompanhamento e desenvolvimento do processo de Autoavaliação Institucional, regulamentados pelo INEP. As ações integradas com a CEA/SETI/PR têm possibilitado à CPA uma participação efetiva nas discussões e reflexões acerca dos temas que envolvem a avaliação no âmbito estadual e, por consequência, também nas instâncias federais.

Importante destacar que em 2016, após ampla análise do CU, foi aprovado o novo Regulamento da CPA (Resolução CU Nº 036, de 24 de junho de 2016), com significativos avanços em relação ao Regulamento anterior (Resolução CU Nº 007/2014). Abaixo são destacados os mais importantes:

- I. alteração do mandato dos membros da CPA de 2 para 3 anos;
- II. atribuição de carga horária semanal de 4 horas para todos os membros da CPA, exceto para o presidente, cujo Regulamento anterior já previa carga horária

semanal de 20 horas;

III. manutenção, em cada novo mandato, de 50% dos membros da CPA;

IV. maior autonomia, pois não se faz necessária a aprovação dos relatórios de autoavaliação por parte de Conselhos Superiores antes do encaminhamento oficial aos órgãos de regulação Federal e Estadual.

Também em 2016 houve renovação dos membros da CPA, em conformidade com o novo Regulamento, ou seja, ficou garantida a manutenção de 50% dos seus membros. O quadro a seguir evidencia, de forma resumida, as mais importantes alterações nos quadros da CPA de junho de 2014 até janeiro/2018.

Quadro 1 – Alterações na CPA

Mês/Ano	Histórico	Portarias
JUN/14	Nomeação dos membros da CPA para o mandato de 2 anos (27.06.14 a 26.06.16). Presidente: Profª. Drª. Silmara Sartoreto de Oliveira (CCB)	Portaria N° 3.350 de 2014
MAI/16	Alteração da presidência da CPA, sendo o novo presidente o docente Prof. Dr. Paulo Arnaldo Olak (CESA)	Portaria N° 2.583, de 02 de maio de 2016
MAI/16	Prorrogação do mandato dos membros da CPA em 6 meses, até 26.12.16.	Portaria N° 3.252, de 19 de maio de 2016.
DEZ/16	Renovação do mandato de 50% dos membros da CPA (conforme Regulamento), para o mandato de 27.12.16 a 26.12.19.	Portaria N° 7.085, de 15 de dezembro de 2016
JAN/17	Designação, após eleição interna conforme previsto no Regulamento da CPA, da Profª. Drª. Ana Cláudia Saladini (CEFE), como presidente e Profª. Drª. Elisa Emi Tanaka Carloto (CCS), como vice-presidente, para o mandato de 27.12.16 a 26.12.19.	Portarias N° 146 e 147, respectivamente, de 27 de janeiro de 2017.
JUL/17	Indicação de Representante da Sociedade Civil Organizada (Ordem dos Advogados do Brasil)	Portaria N° 3369 de 21 de julho de 2017.
DEZ/17	Eleição interna de representante dos técnicos administrativos. Felipe Caldonazzo de Almeida Pereira (titular) e Luís Roberto Augusto de Jesus (suplente), para o mandato de 27.12.16 a 26.12.19.	Portaria N° 5848 de 12 de dezembro de 2017.

Fonte: elaborado pela CPA

A comissão tem se dedicado a alavancar os processos de Autoavaliação Institucional na Universidade, bem como promover e fortalecer a cultura autoavaliativa, auxiliando a PROPLAN, a PROGRAD e os Colegiados de Cursos nos processos de Avaliação Externas ou de Cursos, seguindo as premissas regulamentadas pelo regimento da CPA vigente.

A CPA, através da presidência, tem assento na CEA, criada pelo Decreto nº1416, de 12/09/2007. Essa comissão tem como finalidade avaliar as atividades de gestão, pesquisa, ensino e de extensão, visando garantir uma educação superior de qualidade, considerando o desenvolvimento sustentável, os valores democráticos, o

respeito às diferenças, à diversidade e à autonomia das instituições de ensino do Estado do Paraná. Apesar dos avanços observados no estado, as reuniões sistematizadas que deveriam tratar da prática avaliativa no ensino superior estadual estão paralisadas em função do momento político e econômico atual.

2 METODOLOGIA

2.1 Considerações Preliminares

Os processos de autoavaliação da UEL são realizados com base nos princípios do SINAES (Lei Federal nº. 10.861, de 14 de abril de 2004) e coordenados de forma exclusiva e autônoma pela CPA, conforme previstos no seu Regulamento Próprio (Resolução CU Nº 036, de 24 de junho de 2016).

O INEP/DAES/CONAES elaborou, por meio da Nota Técnica Nº 065, de 09 de outubro de 2014, o documento denominado “Roteiro para relatório de Autoavaliação Institucional”, sendo que um dos principais objetivos foi apresentar sugestão de roteiro, versões e periodicidade para a elaboração dos relatórios de autoavaliação das IES.

De acordo com a referida NT, o relatório elaborado pela CPA contém, para fins de padronização, cinco partes, sendo: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise.

No item Desenvolvimento, conforme a NT o relatório foi organizado em cinco eixos, contemplando e agrupando as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que institui o SINAES, conforme segue:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Quanto às versões do Relatório, foram elaboradas versões parciais, contemplando as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência, explicitando os eixos trabalhados e versão integral com as ações desenvolvidas pela

CPA no ano de referência, bem como adicionado o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, resultando em uma análise global com recomendações para consolidar a IES.

Assim, foi possível estabelecer coerência e continuidade entre os dados apresentados, facilitando o desenvolvimento do Relatório de Autoavaliação, bem como o processo avaliativo em sua integralidade.

Por fim, quanto à periodicidade, a partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação Institucional foi submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos dois primeiros anos, o relatório foi inserido em sua forma parcial e no terceiro ano, em sua versão integral, conforme segue:

Primeiro Relatório Parcial: até 31 de março de 2016

Segundo Relatório Parcial: até 31 de março de 2017;

Relatório Integral (final): até 31 de março de 2018.

Assim, a CPA organizou, no início de 2015, seu cronograma de trabalho trienal, de forma a atender as orientações da NT INEP/DAES/CONAES N° 065, de 09 de outubro de 2014.

O cronograma de trabalho trienal (2015-2017), para elaboração dos relatórios parciais e integral, ficou assim estabelecido:

- **Relatório Parcial (ano base 2015)**, já protocolado no sistema e-MEC em março de 2016:
Eixo 5: Infraestrutura Física (Dimensão 7: Infraestrutura Física)
- **Relatório Parcial (ano base 2016)**: já protocolado no sistema e-MEC em março de 2017:
Eixo 3: Políticas Acadêmicas (Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade; e, Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes)
Eixo 4: Políticas de Gestão (Dimensão 5: Políticas de Pessoal; Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição; e Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira)
- **Relatório Integral (ano base 2017)**: atual relatório a ser postado no sistema e-MEC até 31 de março de 2018:
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional (Dimensão 8: Planejamento e Avaliação)
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional (Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição)

Os dados e informações dos Eixos 3,4 e 5 foram compilados e adicionados de forma sintética a este relatório final.

Devido a diferenças temporais entre a vigência do PDI da UEL e a cronologia da Autoavaliação Institucional em atendimento ao SINAES/DAES/INEP, o primeiro relatório parcial (2016-2015) foi elaborado com base no PDI 2010-2015. Os relatórios subsequentes foram elaborados com base no PDI 2016-2021.

2.2 Etapas para a Construção do Relatório

As etapas para a construção do Relatório de Autoavaliação, são a seguir sumarizadas.

1ª Etapa: Instrumento de Coleta de Dados

Para a construção do presente Relatório Integral (ano base 2017), abrangendo, a avaliação dos eixos 1 (Planejamento e Avaliação Institucional) e 2 (Desenvolvimento Institucional), a CPA, a exemplo do que ocorreu nos relatórios parciais anteriores, utilizou o “Instrumento de Avaliação Institucional Externa”, edição de agosto de 2014, proposto pela DAES, do INEP que subsidia os atos de credenciamento, reconhecimento e transformação de organização acadêmica (presencial).

A opção por utilizar o referido instrumento é que ele segue, rigorosamente, a mesma estrutura da legislação do SINAES (Lei Federal nº. 10.861, de 14 de abril de 2004) e NT INEP/DAES/CONAES N° 065, de 09 de outubro de 2014. Além disso, este é o instrumento utilizado pela SETI, com algumas adaptações, para avaliar IES públicas do Estado do Paraná nos processos de credenciamento e reconhecimento.

De forma mais detalhada, foram esses os indicadores, em cada um dos eixos, utilizados para coletar os dados que se tornaram subsídios importantes na construção do presente relatório.

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional

1.2 Processo de autoavaliação institucional

1.3 Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica

1.4 Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados

1.5 Elaboração do relatório de autoavaliação

EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1 Missão institucional, metas e objetivos do PDI

2.2 Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação

2.3 Coerência entre o PDI e as práticas de extensão

2.4 Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural

2.5 Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural

2.6 Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social

2.7 Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social.

2.8 Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico racial

2.9 Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

3.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *Stricto sensu*

3.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *Lato sensu*

3.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural

3.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão

3.6 Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural

3.7 Comunicação da IES com a comunidade externa

3.8 Comunicação da IES com a comunidade interna

3.9 Programas de atendimento aos estudantes

3.10 Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente

3.11 Política e ações de acompanhamento dos egressos

3.12 Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico

3.13 Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais

EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

4.1 Política de formação e capacitação docente

4.2 Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo

4.3 Gestão institucional

- 4.4 Sistema de registro acadêmico
- 4.5 Sustentabilidade financeira
- 4.6 Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional
- 4.7 Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente
- 4.8 Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo

EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA

Categoria 1: Políticas e Práticas Institucionais

- 5.1.1 Políticas institucionais e planos diretores de expansão, instalações, conservação e manutenção física
- 5.1.2 Zelo pelo patrimônio público
- 5.1.3 Acessibilidade: localização e comunicação
- 5.1.4 Biblioteca: funcionamento (horário de atendimento e quadro funcional)
- 5.1.5 Biblioteca: política de aquisição, expansão e atualização do acervo considerando o descritivo em PDI
- 5.1.6 Infraestrutura de serviços

Categoria 2: Instalações - Incluir: rede elétrica e lógica, saneamento e gestão de resíduos

- 5.2.1 Instalações físicas destinadas às atividades administrativas e administrativo-pedagógicas
- 5.2.2 Salas de aula
- 5.2.3 Sala(s) de professores
- 5.2.4 Gabinetes de trabalho para professores com dedicação exclusiva
- 5.2.5 Laboratórios destinados a atividades pedagógicas, incluindo os laboratórios de pesquisa da mesma natureza
- 5.2.6 Auditório(s) e sala(s) de conferência
- 5.2.7 Biblioteca: instalações físicas
- 5.2.8 Instalações sanitárias
- 5.2.9 Áreas de convivência e praças de alimentação
- 5.2.10 Infraestrutura para a CPA

Categoria 3: Equipamentos

- 5.3.1 Equipamentos destinados às atividades administrativas e administrativo-pedagógicas
- 5.3.2 Acesso à rede mundial de comunicação – internet
- 5.3.3 Equipamentos destinados às atividades pedagógicas
- 5.3.4 Biblioteca: sistema de informatização

2ª Etapa: Encaminhamento do Instrumento, Respondentes e Sensibilização e Divulgação

Uma vez definido o instrumento de coleta de dados, passou-se para a segunda etapa, com o encaminhamento do formulário de autoavaliação (instrumento), para todas as unidades acadêmicas/administrativas da UEL (Centros de Estudos, Colegiados e Departamentos), Pró-Reitorias, Órgãos Suplementares e Órgãos de Apoio. Destaca-se que o instrumento foi encaminhado via e-mail, e o representante titular de cada centro acompanhou a sua entrega. O envio do instrumento de autoavaliação para os órgãos de apoio, assessorias, coordenadorias e outros (via e-mail) foi acompanhada por contatos pessoais e telefônicos por membros da CPA certificando-se do seu recebimento.

Quanto aos respondentes, as estratégias foram diversas. Alguns centros optaram por, em reunião conjunta, consolidar as respostas em um único arquivo, outros optaram por organizar em Colegiados e Departamentos e outros, ainda, por curso. Quanto aos Órgãos Suplementares e os de Apoio, os que responderam, o fizeram em arquivo único.

Ainda como estratégia de sensibilização, no ano de 2016, a CPA apresentou o Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional (ano base 2015) no CA visando aumentar o número de respondentes e demonstrar a importância por meio dos resultados apresentados. Além disso, o representante de cada centro de estudo solicitou espaço na reunião de Conselho de Centro e apresentou o instrumento de autoavaliação a ser preenchido – ano base 2016.

A partir do ano de 2017, a CPA apresentou o Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional (ano base 2016) no CA e no CU e, por sugestão desses, o documento foi apresentado em cada um dos nove centros de estudos com a mesma intenção dos anos anteriores. Além desse documento foi apresentado também o instrumento de autoavaliação Institucional referente aos eixos 1 e 2 (ano base 2017).

Ao término desta versão integral do Relatório de Autoavaliação Institucional (ano base 2017), o mesmo será apresentado nas reuniões de CU, CA e nos centros de estudos.

Todas as versões ficam disponíveis na página da CPA na página da UEL.

3ª Etapa: Diagnóstico

Em todas as etapas, buscou-se compreender, a partir das devolutivas, a visão de cada segmento da Universidade. Especificamente no ano de 2017 foram avaliados o Planejamento e Avaliação Institucional (Eixo 1) e Desenvolvimento Institucional (Eixo 2) encerrando o ciclo de avaliação proposto. A CPA, objetivando consolidar e sintetizar as respostas, fez cuidadosa análise de conteúdo, valendo-se preponderantemente de

respostas qualitativas (interpretativas e subjetivas) ao invés de quantitativas, embora isso também fosse possível já que os respondentes tinham a opção de atribuir notas (1 a 5), conforme proposto pelo instrumento de avaliação institucional do INEP, identificado anteriormente: Conceito 1: Não existente/não permite/não está organizado; Conceito 2: Insuficiente/inadequado; Conceito 3: Suficiente/adequado; Conceito 4: Muito bem/muito bom; Conceito 5: Excelente/ótimo.

Além do instrumento de avaliação preenchido pelos Centros/Colegiados/Cursos, Pró-Reitorias, Órgãos de Apoio e Órgão Suplementares, a CPA consultou outros documentos institucionais, disponibilizados na página da UEL ou obtidos diretamente nas unidades administrativas e/ou acadêmicas. Os documentos mais importantes utilizados como insumos na construção do presente relatório foram os seguintes: PDI, PPPI, Estatuto, Regimento Geral, Regulamentos e Normas Institucionais, especialmente as acadêmicas.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente Relatório de Autoavaliação utilizou, conforme enfatizado na seção anterior, os mesmos indicadores do Instrumento de Avaliação do INEP, organizado em cinco eixos.

Para a construção do presente relatório e objetivando a sua padronização, a seguinte estrutura foi utilizada:

1. Identificação do Indicador (seguindo o Instrumento de Avaliação do INEP)
2. Critério de Análise (mesmo critério utilizado pelo Instrumento de Avaliação do INEP)
3. Políticas/Ações/Programas/Recursos/Sistemas previstos/implantados: Os textos que compõem este item foram baseados no PDI ou outra fonte de dados oficial da UEL.
4. Análise dos dados coletados pelos respondentes
 - 4.1. Potencialidades Identificadas
 - 4.2. Fragilidades Identificadas
 - 4.3. Recomendações da CPA

3.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

3.1.1 Evolução Institucional a partir dos Processos de Planejamento e Avaliação Institucional.

Critério de Análise: Quando a demonstração de evolução institucional contida no
--

Relato Institucional é caracterizada como excelente em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.

a) ações, políticas previstas/implantadas e dados estatísticos

O Relato Institucional foi considerado uma inovação no Instrumento de Avaliação Institucional Externa que é avaliado no Eixo I, Planejamento e Avaliação Institucional. O relato avaliativo do PDI é considerado uma síntese histórica dos processos de avaliação interna e externa da IES e de seu planejamento. O Relato Institucional da UEL está em conformidade com a NT INEP/DAES/CONAES nº. 062, de maio/2015 e as ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações, conforme o inciso VII, do artigo 3º, da Lei nº. 10.861, de 14/04/2004 e é composto por:

- Conceitos obtidos pela UEL nas Avaliações Externas dos Cursos;
- Projetos e Processos de Autoavaliação
- Divulgação e Análise dos Resultados da Autoavaliação
- Cronograma de Implantação do Programa de Autoavaliação Institucional (2013-2017)
- Plano de Melhorias a partir dos Processos Avaliativos no Plano de Melhorias;
- Processos de Gestão e Demonstrativo de Evolução Institucional
- Resultados Esperados

b) potencialidades identificadas

A Universidade atende as legislações específicas a respeito do Planejamento e Avaliação Institucional, apresentando o Relato Institucional no PDI (2016-2021).

c) fragilidades identificadas

- Dificuldade de compreensão do indicador pelos respondentes, no que trata especificamente da Evolução Institucional e que foi confundida com os processos de planejamento e autoavaliação.
- O Relato Institucional não possibilita identificar a evolução institucional com base nos resultados do planejamento e das avaliações anteriores, pois o PDI atual (2016-2021) não apresenta os resultados alcançados pelo PDI (2010-2015).

d) recomendações da CPA

- Implantar, acompanhar e avaliar as metas previstas no PDI.
- Criar estratégias de divulgação das várias etapas de implantação, acompanhamento e avaliação das metas previstas no PDI, junto às comunidades interna e externa fortalecendo o envolvimento e a cultura da autoavaliação.
- Elaborar o Relato Institucional baseado na autoavaliação institucional e resultados das metas previstas no PDI, demonstrando a evolução institucional.

3.1.2 Projeto/Processo de Autoavaliação Institucional

Critério de Análise: O projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende de maneira excelente às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.

a) ações, políticas previstas/implantadas

O Planejamento e a Avaliação Institucional descrevem e evidenciam os principais elementos do processo avaliativo interno e externo, em relação ao PDI e demais ações implantadas. As informações acadêmico-administrativas obtidas na autoavaliação, associadas à avaliação externa, tem por objetivo ressaltar as potencialidades e fragilidades da IES, compondo assim o relato institucional, que se constitui em subsídio para aprimoramento da IES.

A autoavaliação Institucional deve contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição e de seus cursos; garantir o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; respeitar a identidade e a diversidade de instituições e de cursos e garantir a participação dos corpos discente, docente e técnico, bem como da sociedade civil, por meio de suas representações.

b) potencialidades identificadas

- A CPA é atuante, como órgão colegiado formado por segmentos da comunidade acadêmica (docentes e técnicos) e de representante da sociedade civil organizada.
- Alguns cursos de graduação possuem um instrumento próprio de avaliação das disciplinas pelos discentes.
- Sendo a avaliação um instrumento eficaz de gestão, esforços estão sendo realizados para regulamentação e implantação dos instrumentos de avaliação que

visem aferir o desempenho nas áreas administrativas (recursos humanos), bem como nas do ensino, da pesquisa e da extensão.

c) fragilidades identificadas

- A falta de um instrumento institucionalizado que esteja em consonância com a prática de autoavaliação abrangente tem se tornado uma demanda de diferentes instâncias.
- As informações geradas pelo processo de autoavaliação não são utilizadas como instrumento de gestão e ações acadêmico administrativas, além da dificuldade de implementar discussões aprofundadas.
- Os processos de autoavaliação e de planejamento implantados carecem de comunicação entre si e entre os diversos setores da Universidade.
- Não há avaliação docente, discentes e de egressos, não atendendo assim às necessidades institucionais.
- Alguns setores apontam que a sistemática adotada no processo de autoavaliação institucional prioriza a participação de pessoas ligadas às instâncias administrativas.
- Algumas unidades responderam o item baseado em avaliações setoriais (relatório de atividades), no entanto, este tem finalidade diferente do Relatório de Autoavaliação Institucional, não podendo substituí-lo.

d) recomendações da CPA

- Consolidar e integrar o processo de avaliação institucional, em um único instrumento e que seja capaz de divulgar as conclusões observadas. Respeitando as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) específicas à Educação Superior, esse projeto deve ser utilizado para operacionalizar os planos, nortear as políticas e linhas estratégicas de atuação como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas, visando o desenvolvimento institucional. Foi constatado que o Relatório Institucional demonstra ações isoladas, que devem ser incorporadas a esse instrumento geral e que seja abrangente, permeando todas as instâncias da IES.
- Institucionalizar a autoavaliação em todas as instâncias, apoiando os Departamentos e Colegiados na realização do processo avaliativo.
- Apropriação pela comunidade universitária, do PDI, PPI e PDE e demais normativas legais que regem o Ensino Superior e interferem diretamente na função de cada membro da comunidade universitária.

3.1.3 Autoavaliação Institucional: Participação da Comunidade Acadêmica

Critério de Análise: Quando o processo de autoavaliação ocorre com participação excelente da comunidade acadêmica.

a) ações, políticas previstas/implantadas

No item 1.1.3, do PDI, Divulgação e Análise dos Resultados da Autoavaliação, foi apresentado pela CPA/UEL um roteiro como ponto de partida e sensibilização da comunidade para implantação da Autoavaliação na UEL, a saber:

- Seminários com a comunidade universitária, que permitirá debates e reflexões acerca da realidade institucional;
- Reuniões com as pró-reitorias, para discussão do objetivo da avaliação institucional e sua viabilização em cada segmento, tendo como base as experiências e resultados emanados, bem como a proposição/inclusão de sugestões de suas respectivas Câmaras para o processo de avaliação;
- Reuniões nos centros de estudos, para ampliar as discussões e promover a viabilidade das ações nas suas diferentes instâncias;
- Relatos nos conselhos superiores da UEL.

Foi proposto um Cronograma de Implantação do programa de Autoavaliação Institucional (2013-2017- item 1.1.4. do PDI) que busca a operacionalização, em caráter permanente, objetivando a mobilização e o envolvimento da comunidade acadêmica na construção de projetos e subprojetos de avaliação nas unidades e subunidades.

b) potencialidades identificadas

- Algumas unidades passaram por avaliações externas e realizaram Autoavaliação do Curso com ampla participação da comunidade;
- A CPA enviou o formulário para a comunidade e houve retorno significativo.

c) fragilidades identificadas

- Algumas Unidades responderam o item baseado em avaliações de Curso/Setores, no entanto, este tem finalidade diferente do Relatório de Autoavaliação Institucional, não podendo substituí-lo. (Ex: relatório atividades órgãos suplementares e outros)
- As diferentes instâncias da comunidade acadêmica estão envolvidas no processo de autoavaliação, embora a participação devesse ser mais aprofundada, em especial no que diz respeito aos estudantes e servidores técnicos administrativos;

- Aparentemente não há uma política de gestão das avaliações e nem continuidade desta para a evolução da instituição. Há uma desmotivação na comunidade acadêmica devido ao fato de que não é notório ações promovidas a partir dos resultados de autoavaliações anteriores. Deste modo, mesmo com o aumento no número de respondentes, a participação da comunidade acadêmica ainda não é completa;
- O processo enfrenta dificuldades, pois é dependente da valorização/compreensão pela comunidade, ou seja, o processo precisa ser ampliado/conquistado. Além disso, há resistência em preencher o documento, e nem sempre este processo de preenchimento é compartilhado entre os pares.

d) recomendações da CPA

- Esclarecer e sensibilizar a comunidade da importância da autoavaliação institucional buscando a participação plena;
- Aprimorar uma plataforma digital, de fácil acesso, e aberta a toda a comunidade universitária, que torne prático o processo de autoavaliação;

3.1.4 Autoavaliação Institucional e Avaliações Externas: Análise e Divulgação dos Resultados

Critério de Análise: A divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas ocorre, de maneira excelente, para a comunidade acadêmica.

a) ações, políticas previstas/implantadas

A partir das experiências avaliativas, no âmbito da UEL e dos resultados já produzidos, a CPA estruturou seu processo avaliativo em etapas que promoviam o levantamento e a sistematização de dados e informações, a confecção de relatórios com apreciação e discussão dos pontos fortes e fragilidades, a análise do processo de autoavaliação e divulgação dos resultados.

b) potencialidades identificadas

- Os conceitos das avaliações externas, como ENADE, Guias, Avaliação de Curso, são divulgados nos Departamentos e Colegiados e nas mídias oficiais da UEL;
- Alguns Programas *Stricto sensu* realizam análise da avaliação externa com divulgação dos resultados entre os pares;

- O esforço da CPA em divulgar os resultados da Autoavaliação Institucional em todas as instâncias.

c) fragilidades identificadas

- Algumas unidades responderam o item baseado no Relatório de Atividades elaborado e aprovado nas respectivas instâncias, no entanto, este tem finalidade diferente do Relatório de Autoavaliação Institucional, não podendo substituí-lo;
- Apesar da iniciativa da CPA em divulgar os resultados, não há garantia que todos tenham acesso. Muitos, também, não demonstram interesse, por entender que os resultados servem somente para os gestores.

d) recomendações da CPA

- Realizar fóruns, seminários e outros meios de discussão buscando envolvimento e reflexão sobre o processo de Autoavaliação Institucional;
- Encaminhar para todos os servidores o Relatório de Autoavaliação Institucional e avaliações externas, complementando com a disponibilização na página da UEL, apresentação nos Conselhos Superiores, de Centros, Colegiados e Departamentos.

3.1.5 Elaboração do Relatório de Autoavaliação

Critério de Análise: O relatório de autoavaliação apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações.
--

a) ações, políticas previstas/implantadas

A Autoavaliação Institucional contempla a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição e de seus cursos; garante o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; respeita a identidade e a diversidade de instituições e de cursos, bem como, a participação dos corpos discente, docente, técnico e da sociedade civil por meio de suas representações.

b) potencialidades identificadas

- Utilização de um formato de relatório de acordo com a indicação do SINAES, que atende aos requisitos metodológicos;
- As ações implantadas pela CPA/UEL reforçam a necessidade do fortalecimento de uma cultura avaliativa na Universidade identificando as potencialidades, as

fragilidades dos indicadores analisados, bem como a apresentação de sugestões a serem consideradas no processo de gestão e evolução institucional.

- A Reitoria declara que está em fase de elaboração e implantação de instrumentos de avaliação institucionais.

c) fragilidades identificadas

- Os itens que compõem o formulário de Autoavaliação Institucional são complexos e poucos se apropriaram dos conteúdos solicitados (indicadores) para análise e reflexão;
- Falta de divulgação ou acesso ao relatório de Autoavaliação Institucional pela comunidade universitária;
- Dificuldade/resistência da comunidade em utilizar os dados resultantes da Autoavaliação Institucional para o seu planejamento, seja pela limitação do alcance ou o uso do resultado final do produto ou a falta de detalhamento para o completo entendimento das informações contidas no mesmo;
- Ausência de sugestões e análises específicas para os centros/departamentos.
- Proposições não se apresentam de forma efetiva, sendo tangenciais e carentes de maior discussão acadêmica ampliada;

d) recomendações da CPA

- Apresentar o relatório de Autoavaliação Institucional de forma mais didática e divulgar mais intensamente na comunidade universitária;
- Realizar sistematicamente a reflexão sobre possíveis encaminhamentos de planejamento e definidores de uma política de gestão institucional pelos Conselhos Superiores, à Reitoria e Pró-Reitorias utilizando os resultados dos relatórios de Autoavaliação Institucional;
- Estabelecer estratégias com as diferentes instâncias da universidade para uma melhor divulgação e discussão do relatório de Autoavaliação Institucional na comunidade universitária;
- Considerar que o relatório não deve ser uma etapa final, por ser o início de uma reflexão de toda a comunidade universitária acerca do assunto, para que a avaliação seja um processo de retroalimentação para o planejamento e a execução.

3.2 Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional

3.2.1 Missão Institucional, Metas e Objetivos do PDI

Critério de Análise: Quando as metas e objetivos do PDI previstos/implantados estão, de maneira excelente, articulados com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.

a) ações, políticas previstas/implantadas

As seguintes Metas Institucionais destacadas abaixo constam no PDI.

01. Implementar o Planejamento na UEL;
02. Ampliação da Relação com a Sociedade;
03. Implementar Assuntos Estudantis, Acadêmicos e Administração;
04. Implantar Política de Comunicação, Informação e de Divulgação para a Graduação;
05. Implementar as Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação;
06. Implementar a Política de Comunicação e de Gestão Documental;
07. Fortalecer as Políticas de Graduação;
08. Fortalecer os Colegiados de Cursos de Graduação e os NDEs;
09. Fortalecer a Pós-Graduação;
10. Fortalecer a Pesquisa;
11. Fortalecer a Extensão;
12. Integrar o Ensino, Pesquisa e Extensão;
13. Investir e Fortalecer o Ensino à Distância (EaD) na UEL;
14. Apoiar as Atividades Semipresenciais;
15. Atender e agilizar os processos informacionais das Pró-Reitorias;
16. Implementar Políticas de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas;
17. Implementar a Captação de Recursos Financeiros para a PRORH
18. Fortalecer a Política de Captação de Recursos Financeiros;
19. Reestruturar a Administração e Finanças;
20. Modernizar e Adequar a Infraestrutura Física e Tecnológica;

” Os dados do PDI 2016–2021 devem passar por atualização a cada 2 anos, ou seja, ano de 2018 e ano de 2020. As Metas e Ações apresentadas devem passar por avaliação nos anos de 2018 e 2020, devendo ser cada uma anotada com a observação: concluída, concluída parcialmente e não concluída. ”

“A atualização dos dados e avaliação das metas e ações do PDI 2016 – 2021 apresentam o objetivo de subsidiar o Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI. O Relato Institucional tem o objetivo de integrar as ações de avaliação interna e de avaliação externa à gestão da Instituição de Ensino Superior. É realizado a cada ano e deverá ser apresentado para atos de credenciamento e/ou de transformação de

organização acadêmica” (BRASIL, 2014).

b) potencialidades identificadas

- Não foram identificadas potencialidades coerentes com a solicitação do indicador.

c) fragilidades identificadas

- O PDI não deixa claro como as metas serão atingidas pelas ações elencadas e o período a ser considerado para a realização e avaliação das mesmas.
- Há uma contradição no PDI quando prevê avaliar as metas e ações nos anos de 2018 e 2020 e o mesmo documento menciona que esses dados subsidiarão o Relato Institucional, que deverá ser realizado a cada ano para ser apresentado para atos de credenciamento e/ou de transformação de organização acadêmica.
- O PDI prevê que as avaliações devem ser apenas anotadas com a observação: concluída, concluída parcialmente e não concluída, não mencionando metodologia de análise aprofundada.
- O PDI não deixa claro como as metas elencadas estão articuladas com a missão institucional;
- Há um número excessivo de metas e ações, várias delas são muito específicas de algumas unidades/órgãos que dificultam a sua implementação. Há uma falta de articulação entre as metas/ações dos órgãos gestores;
- Embora haja no projeto previsões necessárias e adequadas, existem muitas outras demandas que não estão previstas e especificadas, como adequações e reformas nos laboratórios, expansão de salas de aula e de permanência, salas de projetos, manutenção de equipamentos e infraestrutura adequada;
- A comunidade universitária desconhece o PDI da UEL. Não há participação efetiva da comunidade na construção das metas e no planejamento.

d) recomendações da CPA

- Reformular o PDI com definição dos objetivos e do cronograma, clareza das metas e coerência das ações, bem como a indicação das instâncias executoras. Articular as metas elencadas no PDI com a missão institucional;
- Implementar processo de avaliação do PDI baseado em análises aprofundadas das ações (para além das categorias “concluída, concluída parcialmente, não concluída”), durante a vigência, que subsidiarão o Relato Institucional e o próximo PDI.

3.2.2 Coerência entre o PDI e as Atividades de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação

Critério de Análise: Coerência excelente entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.

a) ações, políticas previstas/implantadas

As metas e ações previstas pelo PDI relativas às atividades de ensino de graduação e de pós-graduação estão contempladas nos diferentes eixos, em variados graus de complexidade. O PDI foi construído coletivamente com o objetivo de contribuir com a melhoria da qualidade do ensino, ampliar a oferta de cursos de graduação, de pós-graduação e de atividades de extensão, bem como o de desenvolver a pesquisa, assegurando a integração e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. E, mais importante, a democratização do acesso, a permanência e o sucesso na Instituição.

b) potencialidades identificadas

- As metas previstas no PDI como abertura de novos cursos *Stricto sensu* e *Lato sensu*, melhoria no processo de submissão e acompanhamento de projetos online, o fortalecimento do NDE, o incentivo a adequação dos PPC, a flexibilização curricular à DCN, apoio a formação de convênios para a criação de novos cenários de ensino, incentivo à mobilidade acadêmica, ampliação dos sistemas eletrônicos e de emissão de documentos no portal do estudante estão sendo cumpridas;
- Capacitação dos estudantes de graduação e pós-graduação em língua inglesa, idioma fundamental no processo de internacionalização;
- Melhorias em infraestrutura física e recursos audiovisuais.
- Os programas de iniciação científica e artística são estratégias integradoras entre ensino, pesquisa e extensão;
- Os Programas de pós-graduação *Stricto sensu* estão buscando uma maior divulgação entre os concluintes da graduação, incentivando-os a continuidade dos estudos na pós-graduação;
- Oferta de campos de estágios nos diferentes setores da Universidade e órgãos suplementares.
- Captação de recursos para a UEL.

c) fragilidades identificadas

- Propostas do PDI 2016-2021 não estão sendo cumpridas como “alavancar uma política integradora de desenvolvimento de atividades multiprofissionais e interdisciplinares em todos os setores”. Isso não tem sido observado quanto às atividades de Ensino, já que o conteúdo continua sendo apresentado de forma compartimentalizada nos cursos;
- Observa-se o predomínio de ações técnicas/procedimentais e a falta de ações integradoras entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Faltam recursos financeiros e recursos humanos para efetivar as metas ou ações descritas no PDI referentes aos programas de pesquisa e extensão, além do ensino de qualidade;
- Como não há um cronograma específico para o cumprimento destas ações, fica difícil avaliar as metas que ainda não foram cumpridas, uma vez que o PDI se encerra em 2021;
- A ampliação de cursos de graduação não avança porque depende de autorização do Estado.

d) recomendações da CPA

- Implementar a avaliação de docentes, discentes e técnicos administrativos com o objetivo de analisar o atendimento às atividades previstas no PDI;
- Melhorar a difusão, interna e externamente, dos resultados das atividades de ensino (graduação e pós-graduação);
- Incentivar estudos/ações que permitam a aproximação da licenciatura e bacharelado;
- Discutir as políticas de graduação e pós-graduação, considerando a necessidade de formação multiprofissional, interdisciplinar e incentivar o processo de internacionalização.

3.2.3. Coerência entre o PDI e as Práticas de Extensão

Critério de Análise: Quando há coerência excelente entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.

a) ações, políticas previstas/implantadas

No PDI da UEL (período 2016-2021), as principais políticas, ações e estratégias em relação a extensão estão contempladas na seção 2.4 que tratam das Metas e Ações Institucionais descritas no Quadro 31 – Metas e Ações Institucionais – DPI/UEL – 2016-

2021 (Meta 11 – Fortalecer a Extensão e Meta 12 – Integrar o Ensino, Pesquisa e Extensão).

b) potencialidades identificadas

- Promoção de eventos e cursos, como também projetos de extensão à comunidade como oportunidade de troca de saberes;
- Os projetos e programas de extensão do CCS são atuantes nos diversos planos de atendimento à saúde, internos e externos, com intervenções diretas na realidade local e regional. Desenvolve ainda atividades de apoio à gestão em saúde em Londrina e em outras cidades da região. Concessão de bolsas por meio dos programas PIBEX e PROINEX;
- O HURNP é estratégico para a estrutura de saúde do Estado do Paraná pela sua relevância no ensino, na pesquisa e na extensão;
- A COU realiza atendimento odontológico à comunidade de Londrina e região, além de projetos de orientação e assistência em escolas, creches, asilos e igrejas;
- A UEL FM funciona, em alguns momentos de sua programação, como plataforma de comunicação para a prática extensionista de professores, funcionários e estudantes da UEL que produzem e apresentam colunas e programas semanais na emissora;
- A Clínica Psicológica oferece ações extensionistas destinadas ao público-alvo do serviço, favorecendo o acesso da população aos serviços de psicologia

c) fragilidades identificadas

- Falta de políticas institucionais e investimento para o fomento da extensão. Necessidade de melhor divulgação para ampliar o alcance na sociedade;
- As ações previstas pelo PDI não se consolidaram em melhorias nas práticas de extensão;
- A coerência entre o PDI e as práticas de extensão estão previstas, porém, devido à falta de avaliação efetiva tem implantação incerta. Como não há um cronograma específico para o cumprimento destas ações, fica difícil avaliar este aspecto, uma vez que o PDI se encerra em 2021

d) recomendações da CPA

- Implementar processo avaliativo nas ações extensionistas buscando maior integração entre o PDI e PEI, com metas e cronogramas estabelecidos;

- Implantar fundo para a Extensão, de forma a garantir a viabilidade das ações extensionistas, a partir dos processos avaliativos.

3.2.4 Coerência entre o PDI e as Atividades de Pesquisa/Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural.

Critério de Análise: Quando há coerência excelente entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

a) ações, políticas previstas/implantadas

No PDI da UEL (período 2016-2021), as principais políticas, ações e estratégias em relação a pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão contempladas na seção 2.4 que trata das Metas e Ações Institucionais - Quadro 31 – Metas e Ações Institucionais – DPI/UJEL – 2016-2021 (Meta 10 – Fortalecer a Pesquisa e Meta 12 – Integrar o Ensino, Pesquisa e Extensão).

b) potencialidades identificadas

- Existe um programa institucional consolidado de pesquisa/IC e tecnológica;
- Os docentes têm atuado de maneira significativa com relação às atividades de pesquisa/iniciação científica e tecnológica, considerando a qualidade dos resultados, confirmada por meio de reconhecimento externo, premiações, financiamento externo e aumento do número de projetos de pesquisa;
- Avanço na informatização dos processos de submissão de projetos;
- Há maior coerência nas atividades vinculadas à pesquisa, inclusive porque há maior investimento nessa área, através de recursos externos como CAPES, CNPq, Fundação Araucária entre outros, em detrimento das atividades de ensino e extensão;
- Atuação da PROPPG na captação de recursos financeiros.

c) fragilidades identificadas

- No âmbito do previsto há coerência, no entanto, as questões da infraestrutura e implantação das ações são limitantes, pois dependem da gestão financeira;
- O incentivo a iniciação científica e tecnológica existem, no entanto ainda é insuficiente, atingindo uma minoria dos estudantes na universidade;
- Conforme o Quadro 42 do PDI (p. 160), referente às bolsas de pesquisa para estudantes de graduação (2015), observa-se que o número é insuficiente em relação à demanda. Não existe registro de bolsas de iniciação artístico cultural;

- O PDI menciona a questão dos aspectos tecnológicos, artísticos e culturais, mas de forma dissociada da científica demonstrando que o foco está nas atividades de pesquisa/iniciação científica;
- Apesar dos editais ofertados para apoio à pesquisa e seleção de bolsistas, pela UEL, há dificuldades financeiras e, também, falta de contratação/reposição docente suficiente para melhorias nas atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural;
- Metas abrangentes e vagas no PDI;
- Apesar do documento de área pautar para pesquisas interdisciplinares e transversais, há pouca comunicação interna para identificação de parcerias com poucos avanços;
- Falta de recursos financeiros para a atualização e aquisição do material bibliográfico para dar apoio aos programas de pesquisa/iniciação científica;
- As atividades artísticas e culturais têm sido comprometidas pela falta de recursos humanos e estrutura física, como por exemplo, a situação atual da Orquestra Sinfônica da UEL – OSUEL (falta de contratação de músicos – prejuízo na diversidade de repertório);
- O PDI não apresenta expressamente as atividades previstas e implantadas pela AINTEC nas ações de pesquisa científica e tecnológica.

d) recomendações da CPA

- Implantar as metas e ações contidas no PDI, avaliar e acompanhar as mesmas.

3.2.5 Coerência entre o PDI e as Ações Institucionais no que se Refere à Diversidade, ao Meio Ambiente, à Memória Cultural, à Produção Artística e ao Patrimônio Cultural

Critério de Análise: Quando as ações institucionais previstas/implantadas estão coerentes com o PDI, de maneira excelente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.

a) ações, políticas previstas/implantadas

A educação ambiental vem sendo implantada como um processo acadêmico integrado, inicialmente respondendo às demandas locais do campus e dos órgãos ligados à UEL e, no percurso, atendendo às demandas ambientais da sociedade em geral.

A Instituição vem desenvolvendo, desde o ano 2009, o Plano de Gerenciamento de Resíduos e ações para desenvolvimento sustentável, objetivando a preservação do meio ambiente em acordo com a legislação, além de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Quanto às ações relativas a memória cultural, produção artística e patrimônio cultural encontra-se na Meta 2 – AMPLIAR RELAÇÃO COM A SOCIEDADE – Ação 10 – Implantar uma política cultural na UEL com base no Plano Nacional de Cultura e no Plano Estadual de Cultura e sistematizar a diversidade das práticas de produção cultural e de difusão científica, artística e cultural da UEL.

A instituição apresenta previstas em seu PDI (Meta 1 – Ação 8 – Implantar políticas institucionais de inclusão social, desenvolvimento econômico e social, da defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural) por meio de política de gestão ambiental e inclusão social implementadas, projetos de pesquisa e programas voltados a preservação da memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.

b) potencialidades identificadas

As diferentes instâncias da universidade organizam, de acordo com o perfil profissional a ser formado, visitas, viagens técnicas e eventos, entre outros, que envolvem diversidade, meio ambiente, memória e patrimônio cultural e produção artística, como exemplos:

- Programa e Ações de gerenciamento de resíduos (lixo, resíduos químicos);
- Reabertura do Teatro Ouro Verde/UEL;
- Festivais de dança e outros projetos que destacam a memória cultural e a integração com o meio ambiente;
- Ações como palestras, acompanhamento e dinâmicas de grupos, relacionadas às questões de diversidade cultural e sexual.

c) fragilidades identificadas

- As ações referentes ao meio ambiente não estão plenamente implementadas e carecem de investimentos financeiros;
- A falta de clareza e investimentos nas políticas institucionais dificulta a consolidação de uma prática que promova a diversidade, a produção artística e o respeito ao meio ambiente, à memória e patrimônio cultural. Consequentemente estão comprometendo a capacidade de atendimento à comunidade interna e externa, bem como as atividades dos cursos de graduação;

- Falta de integração de atividades envolvendo o Sistema de Bibliotecas e alunos de graduação, pós-graduação e docentes/pesquisadores, que preserve a memória e o patrimônio cultural, que divulgue a capacitação e a produção artístico-literária.

d) recomendações da CPA

- Coordenar ações em suas diferentes instâncias para o cumprimento da legislação, definindo em seu PDI as metas e ações, os objetivos e o cronograma, bem como a indicação das instâncias executoras;
- Melhorar a divulgação das produções culturais e das ações relacionadas ao meio ambiente e a diversidade;
- Fortalecer a percepção da comunidade universitária acerca de ações relacionadas à diversidade, ao meio ambiente, à memória e ao patrimônio cultural e à produção artística consolidadas.

3.2.6 Coerência entre o PDI e as Ações Institucionais Voltadas para o Desenvolvimento Econômico e Social

Critério de Análise: Quando as ações previstas/implantadas pela instituição (com ou sem parceria) contemplam, de maneira excelente, o desenvolvimento econômico e social, conforme proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.

a) ações, políticas previstas/implantadas

Foram consideradas para esta análise as metas e ações previstas no Quadro 31 do PDI 2016-2021. Entre as metas estabelecidas destacam-se: a) Otimizar as formas de ingresso/acesso, especialmente as que valorizem o ensino básico público; b) Ampliar as vagas no Cursinho Pré-Vestibular da UEL; c) Ampliar o número de convênios; d) Dinamizar mecanismos de aproximação entre o egresso e a Universidade; e) Programar ações no âmbito dos cursos de graduação e de pós-graduação destinadas a contribuir com a melhoria da educação básica; f) Reunir a comunidade universitária e a sociedade em seminários e fóruns, com o objetivo de consolidar a relação Universidade e Sociedade, incrementando a participação da comunidade externa no processo avaliativo; g) Estreitar o relacionamento com a comunidade e com a imprensa por meio de ações extensionistas.

b) potencialidades identificadas

- A instituição realiza ações relacionadas direta ou indiretamente ao desenvolvimento econômico e social nos mais diversos setores;
- Formação de Recursos Humanos de alta qualidade contribui para o desenvolvimento econômico e social da região;
- A UEL se destaca pela ampla atuação junto à Comunidade Externa. Os Órgãos Suplementares prestam serviços essenciais a comunidade londrinense e região, a exemplo destaca-se atendimentos na área de saúde: médica, psicológica, odontológica; atendimento jurídico; consultoria nas mais diversas áreas do conhecimento; apresentações, oficinas e projetos culturais;
- Formação de recursos humanos altamente qualificados para os serviços locais de saúde e Instituições de Ensino na área de saúde, refletindo diretamente em melhora de indicadores de saúde e educação profissional e indiretamente na qualidade de vida da população. Ações interligadas com as demandas de saúde local, regional e nacional, nas áreas de emergência e todos os ciclos de vida, além de atendimento psicológico;
- Inserção local e regional com apoio e participação em diversos Conselhos, Fóruns e Consórcios, que atuam no desenvolvimento econômico e social de forma ativa. Conta com alguns Órgãos que realizam transferência de tecnologia e atendimento à sociedade. Estas ações aparecem no PDI de forma transversal, necessitando de uma articulação que possibilite maior identificação e mensuração.
- Produções de programas e reportagens da TV UEL, voltadas para a cidadania, objetivam identificar e divulgar atividades/práticas/projetos que visem à melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.

c) fragilidades identificadas

- As ações previstas no PDI e as ações executadas pelas instâncias não estão em sintonia;
- Não há uma política institucional voltada para o desenvolvimento econômico e social, local e regional;
- A questão da infraestrutura e da gestão financeira é um fator limitante para atender ao critério “excelente”.

d) recomendações da CPA

- Construir políticas institucionais que orientem ações relacionadas ao desenvolvimento econômico e social, bem como implantar sistema de avaliação dos resultados;
- Promover maior integração entre a comunidade externa e a UEL;
- Fortalecer a inovação tecnológica, visando o desenvolvimento econômico.

3.2.7 Coerência entre o PDI e Ações de Responsabilidade Social: Inclusão Social

Critério de Análise: Quando há coerência excelente entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.

a) ações, políticas previstas/implantadas e dados estatísticos

Considerando a política de responsabilidade social especificamente relacionada à inclusão social, o PDI prevê ações que deverão ser implementadas e acompanhadas pelas seguintes instâncias: Hospital Universitário, Hospital de Clínicas, Clínica Odontológica; Bebê Clínica; Hospital Veterinário; Fazenda Escola; Colégio de Aplicação; Laboratório de Línguas; Curso Pré-Vestibular; Vestibular do povo indígena; SEBEC (Serviço de Bem Estar à Comunidade); DASC (Divisão de Assistência à Saúde da Comunidade); EAAJ (Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos); Casa de Cultura; Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss; CDPH (Centro de Documentação e Pesquisa Histórica); Rádio UEL FM; TV-UEL.

O PDI também prevê ações de atendimento especializado aos estudantes como: o NAC (Núcleo de Acessibilidade da UEL, em conformidade com as orientações do MEC/INEP), o Programa de Nivelamento, o LABTED (Laboratório de Tecnologia Educacional), o Canal do Estudante, a Clínica Psicológica, a CUIA (Comissão Universidade para os Índios).

Em 2005 a UEL implantou a política de cotas para estudantes da escola pública e afrodescendentes, sendo fortalecida por iniciativas que assegurem a sua permanência na universidade: ampliação do Sistema de Bibliotecas; construção da Moradia Estudantil; investimentos no Restaurante Universitário; criação dos LIGs (Laboratórios de Informática para os cursos de Graduação); aumento do número de bolsas de Iniciação Científica (Inclusão Social); o PROPE (Programa de Apoio ao acesso e Permanência para Formação do Estudante).

b) potencialidades identificadas

A Universidade tem revelado a sua preocupação com a questão, implantando de

maneira excelente as ações de inclusão social previstas no PDI, tendo em vista diferentes ações:

- Adequações das instalações por meio de construções, revitalizações, reformas e aquisição de equipamentos, para alcançar integralmente não apenas a legislação, mas dar condições plenas de acessibilidade e mobilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Ações de Educação Inclusiva: A Casa de Cultura oferece à população em geral acesso às diferentes linguagens artísticas com suas exposições, concertos, oficinas, festivais, mostras, etc. A TV UEL produz programas e reportagens, bem como a formação da equipe de jornalistas e estagiários em consonância às ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES;
- São concedidas Bolsas de Inclusão Social (Fundação Araucária- Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Social) aos estudantes da UEL oriundos de Escolas Públicas, implantação do sistema de cotas, da Moradia Estudantil, bolsa permanência e o Cursinho da UEL;
- A COU e o HURNP promovem a inclusão social a partir das orientações, atendimentos e tratamentos realizados em sua totalidade pelo SUS.
- A Clínica Psicológica da UEL atua em duas frentes: bolsistas de inclusão social, e atendimento à população;
- Ampliação de vagas destinadas aos afro-descendentes no vestibular.
- Inclusão do SISU como outra forma de acesso à universidade;
- O PROPE realiza atividades junto às escolas públicas para apresentação dos cursos e divulgação das políticas institucionais para acesso à UEL.

c) fragilidades identificadas

- Apesar de existir diversas ações voltadas para a inclusão social, a restrição financeira tem impedido a ampliação necessária para a promoção da inclusão social;
- A Instituição desenvolve iniciativas significativas nestes campos, no entanto, o PDI precisa ser aprimorado quanto à explicitação destas ações.

d) recomendações da CPA

- Fortalecer a percepção da comunidade universitária acerca de ações de inclusão social consolidadas;
- Potencializar ações/espços como a Rádio UEL FM, TV Educativa UEL e a COM para divulgação das ações da universidade quanto a inclusão social;

- Explicitar as ações que efetivamente deverão ser executadas para que as metas previstas no PDI sejam alcançadas;
- Incluir no PDI outras instâncias relacionadas diretamente ao indicador avaliado como por exemplo o Planetário e Museu de Ciências, entre outros.

3.2.8 Coerência entre o PDI e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial

Critério de Análise: Quando há coerência excelente entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.

a) ações, políticas previstas/implantadas

As formas de acesso aos cursos de Graduação da UEL são as seguintes: Processo Seletivo Vestibular (Sistema de Cotas e Universal, Vagas Remanescentes, Portador de Diploma e Vaga Inicial); Processo Vestibular Indígena; Processo Seletivo de Transferência Externa; Portador de Diploma Outra Habilitação; Convênio PEC-G; PARFOR e SISU.

b) potencialidades identificadas

- Implantação de ações afirmativas para a promoção da igualdade étnico-racial: sistema de cotas no vestibular (estudantes de escola pública e negros), vestibular dos povos indígenas no Paraná;
- A CUIA realiza um trabalho fundamental para o acesso e a permanência da comunidade indígena na Instituição;
- Desenvolvimento de projetos/programas de extensão que contribuem em ações afirmativas nas Áreas Temáticas de Educação e Direitos Humanos e Justiça;
- Oferta de moradia estudantil para alunos carentes com preços acessíveis no Restaurante Universitário, bolsa de estudo de permanência para estudantes carentes, mantém ativo o Núcleo de Estudos da Cultura Afro-brasileira;
- Assinatura do Pacto Nacional pelos Direitos Humanos, tendo sido criada uma estrutura colegiada para a organização dos trabalhos relacionados a esta temática;
- Organização de grupos de dinâmicas que agregam usuários de variadas etnias e condições socioeconômicas para participar de suas atividades, visando a reflexão e discussão sobre questões diversas, incluindo desde aspectos mais individuais até

questões que englobam o campo social, buscando defender os direitos humanos e a igualdade.

c) fragilidades identificadas

- Impacto prejudicial provocado pelo corte temporário de bolsas para os indígenas;
- Apesar de termos ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico racial, ainda são insuficientes para suprir as necessidades da população.

d) recomendações da CPA

- Implantar ações em suas diferentes instâncias para o cumprimento da legislação, definindo no PDI as metas e ações, os objetivos e o cronograma, bem como a indicação das instâncias executoras;
- Ampliar as discussões institucionais sobre essa temática, organizando estratégias com a finalidade de assegurar a permanência dos estudantes que ingressaram na instituição pelo sistema de cotas.

3.2.9 Internacionalização: Coerência entre o PDI e as Ações Institucionais

Critério de Análise: Quando há coerência excelente entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.

a) ações, políticas previstas/implantadas e dados estatísticos

O PDI prevê esforços de internacionalização, principalmente de ensino e pesquisa, com a participação em programas de mobilidade discente, formação de docentes no exterior e participação em redes voltadas para a cooperação internacional, em consonância com a missão institucional.

A ARI é a principal instância relacionada aos processos de internacionalização quanto a articulação com as pró-reitorias, demais assessorias e escritórios de relações internacionais das outras universidades. O esforço pela internacionalização está organizado na figura do Intercâmbio, do Programa PEC-G, do Programa PEC-PG.

A instituição participa de programas governamentais de incentivo à mobilidade e aprendizagem de línguas estrangeiras, além dos editais de fomento internacionais, o que tem possibilitado a experiência de intercâmbios, tanto de alunos estrangeiros na UEL quanto de nossos alunos no exterior. Os convênios existentes na UEL são:

convênios federais – Ciência sem Fronteiras (extinto), PEC-G, BRAFAGRI e a acreditação do MERCOSUL – MARCA.

O PDI prevê metas que deverão ser cumpridas pela PROGRAD (criação de um setor específico de mobilidade e intercâmbio), pela ARI/PROGRAD (desenvolver setor de apoio de recepção e orientação de estudantes/professores em intercâmbio) e pela UEL (proporcionar infraestrutura para receber estudantes/professores estrangeiros).

b) potencialidades identificadas

- No que se refere à Internacionalização, há coerência de grau excelente entre o que foi proposto no PDI e as ações desenvolvidas, por meio de convênios firmados com diversas universidades internacionais, promovendo o intercâmbio entre acadêmicos, docentes e pesquisadores.
- Percebe-se a busca constante, por meio, principalmente da ARI, do apoio ao desenvolvimento de pesquisas bilaterais em temas relevantes ao desenvolvimento social e econômico; a criação de novos mecanismos de mobilidade docente, discente e do corpo técnico entre as universidades, como a participação no PLI (Programa Licenciaturas Internacionais) de alunos que estudaram na Universidade de Coimbra (Portugal), nas ações implementadas como o programa Paraná Fala Inglês e cursos do Laboratório de Línguas da UEL têm contribuído com a internacionalização, além de iniciativas individuais de cooperações internacionais entre professores da instituição e pesquisadores de outros países.
- A ARI tem organizado e realizado eventos/palestras com intuito de cooperação através de intercâmbios e programas com finalidades de internacionalização, atuando na divulgação de vagas e editais, regularizando e firmando os convênios de cooperação internacional.

c) fragilidades identificadas

- A inclusão do tema internacionalização no PDI é recente, porém falta articular metas e atividades, embora haja ações de internacionalização em curso. O documento de área destaca a necessidade de internacionalização dos programas *Stricto sensu*. Embora observe-se avanço, ainda carece de uma política para efetivar a internacionalização. Principais dificuldades enfrentadas: número insuficiente de bolsas para receber alunos estrangeiros, dificuldade no subsídio para disseminação científica (tradução e publicação em periódicos internacionais), capacitação do corpo docente para ministrar aulas em idiomas estrangeiros e atrair alunos de outros países, entre outras;

- Foi identificada, também, pouca flexibilidade dos programas de graduação, quanto aos conteúdos programáticos e calendário acadêmico, dificultando a internacionalização;
- Apesar de previstos no PDI, ocorreu a extinção de iniciativas como o PLI (Programa Licenciaturas Internacionais) e o Ciência sem Fronteiras, prejudicando o processo de internacionalização;
- Falta incentivo ao ensino e a pesquisa por meio de ações de aquisição de livros importados, o Sistema de Bibliotecas, realizou última compra de livros importados em 2014;
- Falta aproveitar as capacidades existentes na Rádio e na TV UEL, pois não têm atividades voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.

d) recomendações da CPA/UEL

- A instituição conta com um setor específico para tratar do processo de internacionalização (ARI), mas é fundamental avaliar o que está previsto no PDI e, a partir dos resultados, traçar novas metas para trabalho conjunto entre as diferentes instâncias envolvidas, apoiadas pelo Gabinete da Reitoria.
- Implantar processos menos burocráticos relacionados à documentação, equivalência/convalidação dos planos de ensino e flexibilização do calendário acadêmico.
- Garantir à ARI melhores condições de trabalho (infraestrutura, recursos humanos e recursos financeiros) para viabilizar a internacionalização da UEL.

3.3 Eixo 3 - Políticas Acadêmicas

3.3.1 Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Graduação

Critério de Análise: Relação das ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria.

a) ações, políticas previstas/implantadas

A UEL é uma entidade de direito público, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial nas políticas educacionais, mas dependente financeiramente do Governo Estadual, sendo este provedor da maior parte dos recursos que asseguram o funcionamento e manutenção.

Em 2005, adotou em seu vestibular o sistema de cotas para estudantes negros e os oriundos de escolas públicas e, desde 2010, utiliza os resultados do ENEM para preenchimento das vagas remanescentes. A partir do vestibular de 2015, aderiu ao SISU, com 17,48% do total de vagas disponibilizadas pelos cursos. (PDI UEL - 2016-2020).

Na graduação, foi registrado, no 1º semestre do ano de 2015, um total de 13.116 alunos, matriculados nos 65 cursos de graduação (39 Bacharelados, 15 Licenciaturas, 09 Presencial PARFOR, 01 Curso de Pedagogia Especial modalidade EaD), incluindo turnos e habilitações e modalidades, com ingressos diferenciados no vestibular.

Em 2009, o CEPE regulamentou a oferta de atividades acadêmicas em modalidade semipresencial. O retorno efetivo da UEL à EaD se dá pela criação do Núcleo de Educação a Distância da UEL (NEAD). Os vetores norteadores de ações em Educação a Distância são: Capacitação dos docentes; Apoio à implantação dos 20% de atividades acadêmicas semipresenciais; Implantação do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

No PDI da UEL (período 2016-2021), as principais políticas em relação à graduação estão contempladas na seção 3.1. Projeto Pedagógico Institucional.

Estão discriminadas no PDI as ações e estratégias que tratam das Metas e Ações Institucionais que contemplam o fortalecimento das Políticas de Graduação.

Além disso, especificam-se ações para fortalecer os colegiados de cursos de graduação e dos NDEs.

b) potencialidades identificadas

- A atualização curricular ocorre na maioria dos cursos de graduação;
- Programas de monitorias bem regulamentados e implantados;
- Há inovações feitas com apoio de recursos externos, especialmente do Ministério da Saúde (para os cursos da área da Saúde);
- Há construção de material didático continuamente, pela confecção dos manuais dos módulos, que são todos interdisciplinares e integrados (Curso de Medicina);
- Implantação de oficinas e demais atividades de planejamento, gestão e desenvolvimento de metodologias inovadoras propostas pelo GEPE;

- O NEAD tem dado suporte e treinamento necessários para os docentes que atuam nessa modalidade.

c) fragilidades identificadas

- Falta de políticas e ações de valorização da atividade docente ligada à graduação o que desestimula o maior desenvolvimento dos projetos pedagógicos e atualização metodológica;
- FAEPE, ainda que único recurso destinado ao apoio das atividades de graduação é insuficiente;
- Carência de investimentos financeiros e humanos para atingir nível de excelência no desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico e demais atividades. Não há apoio suficiente para o desenvolvimento de material instrucional. Além disso, percebe-se que muitas disciplinas e departamentos apresentam dificuldades na obtenção de materiais, equipamentos e recursos humanos para o desenvolvimento de aulas práticas, o que tem comprometido o processo ensino-aprendizagem;
- Ocorrem iniciativas incipientes e isoladas de sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial;
- Necessidade de implantação de política de avaliação curricular sistemática para o aprimoramento constante dos Cursos;
- Dificuldade de implantação de conteúdos/disciplinas obrigatórios, como libras e direitos humanos, que carecem de recursos humanos e materiais.

d) recomendações da CPA

- Acompanhar as ações dos NDEs para o fortalecimento das políticas pedagógicas dos cursos, tendo em vista a formulação e implantação de ações de avaliação sistemática dos cursos, englobando os itens atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria;
- Priorizar investimentos a partir dos resultados das avaliações;
- Buscar recursos junto ao FAEPE para os colegiados de graduação;
- Incluir os componentes obrigatórios, como ensino de Libras, Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental;
- Formular e implantar políticas e ações de valorização da atividade docente ligada

à graduação.

3.3.2 Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Critério de Análise: Relação das ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação *Stricto sensu*, considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.

a) ações/políticas previstas/implantadas e dados estatísticos

Na Pós-Graduação contamos com um total de 257 cursos *Lato sensu* e *Stricto sensu* contabilizando um total de 5.535 estudantes, ano de 2016. São 177 cursos *Lato sensu* com 2.700 estudantes, incluindo a especialização/residência que possui 73 cursos, com 445 estudantes. Em relação aos cursos *Stricto sensu*, são 69 cursos, com 2.835 alunos. O Mestrado conta com 39 cursos e um total de 1.726 estudantes e o Doutorado soma 24 cursos, com um total de 972 estudantes.

No PDI (período 2016-2021), as principais políticas em relação à graduação estão contempladas na seção 3.1. Projeto Pedagógico Institucional.

A pós-graduação é normatizada pelo regulamento dos cursos *Lato sensu* e dos programas *Stricto sensu* (mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado) que definem os procedimentos administrativos e acadêmicos tanto institucional quanto do corpo discente.

Os programas *Stricto sensu* ofertados pela UEL têm validade nacional e são avaliados periodicamente pela CAPES.

No ano de 2015, estavam matriculados na pós-graduação, *Lato sensu* e *Stricto sensu*, um total de 4.964 alunos. De 2014 para 2015, houve um aumento de 8,6% de alunos (37) na Residência, de 5,2% (47) no Doutorado e de 24,5% (530) nos cursos de especialização. Em relação à quantidade de alunos nos cursos de mestrado, o acréscimo foi de 9,4% (51).

Os Programas de Pós-Graduação possuem sítios próprios, com informações detalhadas sobre o corpo docente, áreas de concentração, linhas de pesquisa, objetivos, entre outras informações específicas e inerentes aos cursos/programas.

A qualidade dos Programas de Pós-Graduação tem possibilitado o aumento do intercâmbio internacional de estudantes e outras modalidades em andamento que favorecem a internacionalização dos Programas de Pós-graduação.

A PROPPG gerencia as bolsas dos cursos de Mestrado e de Doutorado. As fontes de recursos são CAPES, CNPq, Fundação Araucária e recursos próprios.

b) potencialidades identificadas

- As políticas de pós-graduação *Stricto sensu* estão bem implantadas na IES;
- Os docentes dos cursos de pós-graduação, tanto individualmente como em grupos organizados, têm adquirido recursos para a infraestrutura e equipamentos, melhorando significativamente a formação de recursos humanos, a produção científica e a oferta de serviços;
- A articulação da pós-graduação com o ensino de graduação ocorre através do desenvolvimento de projetos de IC com ou sem bolsa, organização de eventos e cursos de férias;
- A atuação de docentes em diferentes programas possibilita uma multidisciplinaridade abrindo frentes para novas linhas de pesquisa;
- Alguns programas julgam-se consolidados frente a CAPES, considerando uma análise sistêmica e global;
- Em relação à infraestrutura, se reconhece o esforço e a qualidade de atendimento por parte da PROPPG e o aumento da qualidade do sistema de bibliotecas que tem buscado parcerias com os programas de pós-graduação, através de seus projetos de pesquisa, no sentido de auxiliar na compra de material de informação para os cursos de mestrado/doutorado.

c) fragilidades identificadas

- A diminuição de verbas do PROAP e o corte de bolsas de estudos tem sido um grande complicador para a qualidade e o desenvolvimento dos programas;
- Carência de recursos humanos (técnicos administrativos) e a falta de recursos financeiros para a gestão e manutenção da infraestrutura, assim como pouca flexibilidade no uso dos recursos disponíveis são apontados como os principais problemas;
- A dificuldade de reposição dos docentes aposentados tem sido um fator limitador no desenvolvimento da pós-graduação;
- Observou-se também que, em muitos casos, a articulação do *Stricto sensu* com a graduação ocorre de forma restrita e insuficiente. A integração poderia acontecer com mais ênfase e frequência, com ações claramente definidas;
- A participação de docentes em programas de outros departamentos, embora haja um aspecto positivo já apontado no item potencialidades, dificulta o gerenciamento das atividades em seu departamento de origem;

- Realinhamento das linhas de pesquisa com as novas necessidades dos programas.

d) recomendações da CPA

- Priorizar os debates, encontros e seminários voltados à cultura da multidisciplinaridade entre os docentes;
- Estimular o empreendedorismo nos programas envolvendo graduandos e pós-graduandos;
- Rediscutir os critérios de criação de novos programas.

3.3.3 Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Critério de Análise: Relação das ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação *Lato sensu*, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da UEL, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.

a) ações, políticas previstas/implantadas

Na UEL, os cursos de pós-graduação *Lato sensu*, conforme seu Estatuto (Resolução Nº 0182/2007), “têm por objetivo atualizar e melhorar conhecimentos e técnicas de trabalho, e preparar especialistas em setores restritos de estudo; e compreendem 2 níveis de formação, o aperfeiçoamento e a especialização, que facultam os certificados respectivos”.

Pelo Regimento Interno da UEL os cursos de pós-graduação *Lato sensu* poderão ser presenciais e/ou não presenciais. Quanto aos recursos financeiros, os mesmos podem ser propostos por meio de recursos próprios, diretamente pela UEL, ou de recursos financeiros externos, administrados por meio de convênios firmados entre a UEL e fundações, institutos ou similares (Resolução CA Nº 032/2013).

b) potencialidades identificadas

- As políticas dos cursos de pós-graduação *Lato sensu* (especializações e residências) estão devidamente implantadas na IES;
- Os objetivos institucionais estão sendo alcançados na medida em que contribuem com a qualificação profissional e acadêmica, tanto de egressos da UEL

quanto de outras instituições de ensino superior de Londrina, região e de outros estados brasileiros;

- Os cursos são importante fonte de receita para o orçamento geral da UEL, utilizada, conforme normas internas, para manutenção, investimentos, ampliação do acervo bibliográfico e financiamento da pesquisa, ensino e extensão por meio do FAEPE;
- Professores altamente qualificados, internos e externos (visitantes), muitos dos quais participantes de programas *Stricto sensu*, permitindo integração entre as especializações e os mestrados e doutorados;
- Oferta positiva e considerável de especializações na modalidade residência, com bolsas a seus estudantes, contribuindo na capacitação e na produção de serviços relacionados a estas.

c) fragilidades identificadas

- Pouca ~~de~~ demanda em muitos cursos, especialmente aqueles que são conveniados, sem estratégias para captação e retenção de estudantes;
- Falta de acompanhamento e avaliação mais efetiva no desenvolvimento dos cursos. As avaliações não estão institucionalizadas;
- Falta de avaliação dos critérios de criação de cursos novos e/ou reformulação dos projetos;
- Baixa produção científica resultante das monografias e dos trabalhos de conclusão de cursos;
- Necessidade de maior interação entre as instâncias acadêmicas e administrativas com relação aos aspectos das políticas de pós-graduação *Lato sensu*, objetivando a consolidação do compromisso pautado no PDI;
- Necessidade de apoio jurídico para formalização de contratos com órgãos externos para realização de estágios regular e externo o que limita a realização de tais estágios a instituições que permitem acordos simplificados;
- Dificuldades na aprovação desvinculada de Editais do Ministério da Saúde/Educação.

d) recomendações da CPA

- Institucionalizar instrumentos e mecanismos efetivos de acompanhamento e avaliação qualitativa dos cursos *Lato sensu*;
- Articular estratégias efetivas de captação e permanência de estudantes;
- Discutir e estabelecer critérios para criação e reformulação de cursos;

- Incentivar a ampliação dos cursos *Lato sensu* em EAD.

3.3.4 Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Pesquisa ou Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural

Critério de Análise: Previsão e implementação de ações acadêmico-administrativas de pesquisa e iniciação científica, tecnológica, artística em conformidade com as políticas estabelecidas.

a) ações, políticas previstas/implantadas e dados estatísticos

A UEL possui 2.608 linhas de pesquisa, 556 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e 1.382 projetos de pesquisa em andamento, dos quais participam 1.075 docentes, 2.424 estudantes e 1.577 estudantes de pós-graduação (PDI).

Entre os Programas de Apoio à pesquisa, estão as bolsas de Apoio à Pesquisa e ao Pesquisador, os Laboratórios para o Ensino e Pesquisa com a CMLP da PROPPG, que são compartilhados por várias linhas de pesquisa dos diversos departamentos e programas de pós-graduação. Estão inclusos os programas de Apoio à Pós-Graduação, como o Programa de Estudantes - PEC-PG, PNPd/CAPES, Programa de Aliança para a Educação e Capacitação e PDSE.

A UEL possui um sistema integrado de ensino, pesquisa e extensão, que envolve estudantes de graduação e pós-graduação, docentes da UEL e de outras instituições, docentes sêniores, bolsistas PRODOC e PNPd, pós-doutor, iniciação científica (IC) e iniciação tecnológica.

O Programa de IC da UEL agrega estudantes e envolve as seguintes modalidades de bolsas: CNPq/PIBIC; IC/UEL; Iniciação Artística; PIBIC/CNPq – Ações Afirmativas; PIBITI-CNPq; IC/Fundação Araucária; Fundação Araucária – Ações Afirmativas para Inclusão Social; IC Junior/CNPq; IC Sem bolsa.

Outra forma de apoio à pesquisa são as Bolsas de Produtividade em Pesquisa CNPq, concedidas aos docentes pesquisadores da UEL e distribuídas em todas as áreas do conhecimento.

b) potencialidades identificadas

- O CCA e alguns departamentos de outros centros indicam estarem contemplados por todas as ações propostas, mas devido a estreita relação com Programas de Pós-Graduação;

- As atividades artística e cultural estão implantadas em conformidade com as políticas estabelecidas;
- A CMLP tem se consolidado como estratégica para o fortalecimento das políticas de pesquisa;
- As informações sobre o desenvolvimento de pesquisas científicas que representam ganhos para as organizações são divulgadas por meio de publicações, jornais, revistas e do sítio institucional.

c) fragilidades identificadas

- Diminuição do número de bolsas de diversas modalidades e recursos para a pesquisa das mais diversas fontes;
- Dificuldade na gestão dos recursos devido à burocracia;
- Modelo de avaliação da Universidade, no que tange aos editais de iniciação científica, prejudica algumas áreas devido às características específicas de cada área. Os editais, de maneira geral, valorizam e favorecem grupos já consolidados de pesquisa;
- Alta dependência de recursos externos que ficam a cargo de pesquisadores ou programas;
- Alguns cursos apontam o excesso de carga horária de trabalho e o acúmulo de funções destinadas aos docentes afetam diretamente a possibilidade de fomento e as práticas de pesquisa associadas à formação na graduação;
- Até a presente data não existe um Plano de Cultura da UEL;
- Não há menção no PDI acerca de políticas ou ações para o desenvolvimento tecnológico, artístico e cultural.

d) recomendações da CPA

- Contratar técnicos de nível superior para os laboratórios multiusuários;
- Disponibilizar recursos próprios para manutenção dos laboratórios multiusuários;
- Discutir e estabelecer políticas ou ações para o desenvolvimento tecnológico, artístico e cultural;
- Fortalecer a formação de novos grupos de pesquisa proporcionando oportunidades de inserção.

3.3.5 Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Extensão

Critério de Análise: Previsão e implementação de ações acadêmico-administrativas de

extensão, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.

a) ações, políticas previstas/implantadas

A UEL ao longo de sua existência, desenvolveu e consolidou uma política de extensão – associada ao ensino e à pesquisa – consubstanciada em programas de intervenção na realidade local e regional. Tais intervenções se dão por meio de seus Órgãos Suplementares e de Apoio, núcleos de extensão e de prestação de serviços, bem como programas institucionais (PDI).

Pelo Regimento Geral da UEL, a extensão universitária é desenvolvida sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, produção e publicações específicas. As ações extensionistas são cadastradas na PROEX segundo sua vinculação a Áreas Temáticas. Cabendo à PROEX a implantação e manutenção de um Programa de Bolsas de Extensão destinado aos estudantes de graduação e pós-graduação. Compete à Câmara de Extensão estabelecer as normas deliberativas sobre os trabalhos pertinentes à extensão, incluindo a disseminação das ações e resultados, homologadas pelo CEPE.

b) potencialidades identificadas

- Do ponto de vista institucional, a Universidade está devidamente estruturada quanto às proposições de apoio à realização de programas e projetos (editais específicos), seleção de bolsistas (PROINEX), atividades e ações (POR EXTENSO), entre outros;
- A manutenção dos projetos e programas de extensão pela Universidade que atendem as mais diversas áreas da Comunidade;
- A implantação de bolsas extensionistas e avaliações através de evento próprio faz com que segmento atenda às ações acadêmicas administrativas;
- Melhora no sistema online para envio de projetos de ensino, pesquisa e extensão dinamizando, agilizando e desburocratizando o processo;
- O HURNP é um prestador de serviços 100% SUS que atende a 267 municípios do Estado e diversos outros estados. Ações de prevenção ao Câncer, Tuberculose, Queimaduras dentre outras de grande alcance na população. Atuação do Banco de Leite, que capta, processa e distribui leite humano a prematuros, e atuação do Hemocentro.

c) fragilidades identificadas

- Necessidade de valorização das ações de extensão, reduzindo a distância entre o “status” das atividades de pesquisa e extensão;
- Melhorar a disseminação dos resultados, pois falta a penetração das ações nas mídias sociais e na imprensa;
- A política institucional e ações acadêmico-administrativas para a extensão estão desvinculadas da política da graduação perdendo-se uma importante estratégia de desenvolvimento de competências fundamentais para o estudante. Além disso, encontra-se dificuldade relativa à infraestrutura da IES para o pleno desenvolvimento das atividades principalmente no período noturno;
- Necessidade de fortalecer vínculo entre projetos de extensão envolvendo estudantes da graduação e pós-graduação com as disciplinas, havendo necessidade de ser inserido no PPC ou nas resoluções dos Programas de Pós-Graduação.

d) recomendações da CPA

- Reafirmar a Extensão como processo acadêmico, vinculando ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento para a formação cidadã;
- Aumentar os incentivos para os programas e projetos de extensão inclusive a infraestrutura.

3.3.6 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógica, Tecnológica, Artística e Cultural

Critério de Análise: Previsão e implementação de ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.

a) ações, políticas previstas/implantadas

No PDI não se detectaram políticas específicas para estímulo à difusão da produção científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.

Existe regulamentado pela Resolução CEPE/CA nº. 116/2005, a Biblioteca Digital da UEL (<<http://www.bibliotecadigital.uel.br/textos/resolucao.pdf>>). Tal resolução foi aprovada devido à necessidade de: (I) criação de bases de dados digitais, com textos completos, da produção científica, tecnológica, artística e cultural da Universidade; (II)

estabelecimento de normas e procedimentos para a tramitação e depósito dos trabalhos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais produzidos na Instituição; (III) imperativa necessidade de dar visibilidade e disponibilizar, ao maior conjunto possível de interessados, os textos completos de trabalhos de diferentes naturezas produzidas na UEL.

Em relação à produção científica da UEL, as dissertações e teses podem ser consultadas por área de conhecimento, por curso, título da publicação e data, também está disponível o número de documentos produzidos por área/curso e classificados como produção dos programas de Mestrado e Doutorado, disponível no sítio da UEL.

b) potencialidades identificadas

- Algumas devolutivas consideram as ações plenamente satisfatórias, na promoção de eventos científicos, de ensino e extensionistas; com abrangências local, regional e nacional; além de contar com periódicos científicos reconhecidos nacionalmente e publicações de várias obras em formato de livros (ou mídia eletrônica);
- Vários relatos afirmam que as estratégias estão implantadas sendo que há grande esforço interno nos departamentos para que as mesmas se materializem em ações efetivas;
- O EAIC é reconhecido como um fórum para a disseminação da produção discente;
- Os cursos de licenciatura apontam a importância do PIBID, na realização de atividades relevantes para a formação profissional do discente além de estimular a participação em eventos científicos que geram disseminações;
- O apoio das bibliotecas setoriais, da gráfica e da editora da Universidade foi reconhecido como importante na realização das ações de difusão das produções acadêmicas. O Sistema de Bibliotecas colabora na implantação de serviços, disponibilizando um programa para geração automática de ficha catalográfica de teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UEL, revisão das publicações no portal periódicos, colaborando para a pesquisa e/ou iniciação científica;
- Relatos mencionam ações para incentivo à publicação e o apoio para busca de parcerias e recursos internos e de agências de fomento externas para a produção científica.

c) fragilidades identificadas

- A maior fragilidade apontada nos relatos é a insuficiência de recursos no custeio de despesas para divulgação em eventos.

- Parte das publicações ainda conta com recursos dos próprios pesquisadores.
- Não há apoio suficiente de recursos e infraestrutura para as revistas indexadas no Portal de Periódicos.

d) recomendações da CPA

- Criar/fomentar programas de captação/geração de recursos, para financiamento da disseminação científica.
- Verificar o papel da EDUEL para a disseminação da produção acadêmica.
- Melhorar o apoio às revistas eletrônicas.

3.3.7 Comunicação da IES com a Comunidade Externa

Critério de Análise: Relação das ações acadêmico – administrativas previstas no PDI ou implantadas referentes aos canais de comunicação externa, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.

a) ações, políticas previstas/implantadas

A COM é a instância executiva da Política de Comunicação da UEL, responsável pelas informações relacionadas com as atividades administrativas, educativas e culturais produzidas na própria Instituição. Seu principal objetivo é coordenar as ações de comunicação da UEL, no nível das instâncias produtoras e difusoras de informação no âmbito de sua abrangência institucional interna e externa. Composta pela Divisão de Jornalismo, Diretoria de Serviços Gráficos, Divisão de Produção em Mídia. Na área de Relações Públicas são desenvolvidas ações vinculadas aos diferentes eventos da instituição, na prestação de assessoria às diferentes unidades da UEL, no que diz respeito a eventos, encontros, congressos e formaturas, bem como aos demais projetos institucionais que requeiram esses atendimentos, internos e externos, e que vão se constituir, em última instância, em projetos de marketing corporativo e/ou institucional.

Existem Canais de Comunicação com a Comunidade Interna e Externa como: Ouvidoria Geral e Canal do Estudante; Rádio UEL FM; Televisão Educativa e Cultural; Portal do Servidor; Portal do Servidor Aposentado da UEL; Fale com o Vice-Reitor e Portal da Transparência (<http://www.uel.br/portaltransparencia>).

b) potencialidades identificadas

- Os PPCs são publicitados na página da UEL.
- O evento Feira de Profissões divulga os cursos de graduação, a estrutura da Universidade e a prestação de serviços à comunidade.
- Dispõe de sítio, rádio, TV, Boletim Notícia, canais de comunicação como Portal do Egresso, Aposentado, Ouvidoria, Portal da Transparência.
- A COM elabora e distribui *releases* das principais atividades da Universidade para a mídia local e regional.

c) fragilidades identificadas

- A política de comunicação institucional não está consolidada;
- Não há comunicação sistemática de diversas ações que a UEL realiza em suas atividades assistenciais, de extensão e pesquisa para a comunidade;
- Apesar do sítio da UEL ser um canal importante de comunicação, não se constitui em uma fonte atraente e de fácil manuseio pela comunidade externa;
- A comunidade externa tem pouco acesso aos resultados das avaliações recentes, a divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, a existência de mecanismos de transparência institucional, a ouvidoria, entre outros.

d) recomendações da CPA

- Melhorar a divulgação dos cursos de graduação, do perfil do profissional a ser formado, as possibilidades de inserção do profissional no mundo de trabalho; os programas e os projetos, os documentos e os serviços disponíveis para a comunidade interna e externa;
- Implantar uma política de comunicação efetiva e ocupação de espaços estratégicos na mídia, destacando a missão, a visão e os valores, inserindo a UEL de forma mais incisiva na sociedade como parceira no desenvolvimento da cidade e região;
- Utilizar outras mídias para comunicação com público externo, principalmente jovem, de desenvolvimento de aplicativos para acesso por múltiplas plataformas.

3.3.8 Comunicação da IES com a Comunidade Interna

Critério de Análise: Relação das ações acadêmico – administrativas previstas no PDI ou implantadas referentes aos canais de comunicação interna, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria,

entre outros.

a) ações, políticas previstas/implantadas e dados estatísticos

Além dos canais de comunicação apontados anteriormente, existem os seguintes canais com a Comunidade Interna: Ouvidoria Geral, Canal do Estudante; Portal do Servidor; Fale com a Reitoria e endereço eletrônico institucional.

b) potencialidades identificadas

- Alguns Colegiados e Programas de Pós-graduação se utilizam de outros meios de comunicação além do sítio da UEL, tornando mais ágil e efetiva a comunicação;
- As unidades de comunicação da UEL fazem um bom trabalho, publicando no Boletim Notícia da UEL, TV Educativa e Cultural UEL, RÁDIO UEL FM as importantes ações/atividades desenvolvidas na Universidade.

c) fragilidades identificadas

- As unidades de comunicação carecem de investimentos para obter amplo espectro de difusão/divulgação entre os membros da comunidade;
- Os canais de comunicação interna estão implantados, porém são pouco funcionais;
- Não há um fórum de debates da comunidade universitária sobre os resultados das avaliações, da extensão e da pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional e da ouvidoria.

d) recomendações da CPA

- Melhorar a política de comunicação interna como a melhor utilização do Boletim Notícia, Rádio UEL FM, TV UEL e tornar o sítio mais interativo e atraente;
- Implantar uma política estratégica de gestão da Comunicação e do *Marketing* – interno e externo, buscando a disseminação da informação e do conhecimento para sensibilizar a comunidade interna para a importância da UEL;
- Melhorar a divulgação dos cursos de graduação, do perfil do profissional a ser formado, as possibilidades de inserção do profissional no mundo de trabalho; os programas e os projetos, os documentos e os serviços disponíveis para a comunidade interna e externa;
- Implantação da Ouvidoria de Ideias com o intuito de incentivar as comunidades interna e externa a apresentarem sugestões que possam melhorar os serviços prestados;

- Ampliar os sistemas eletrônicos nos portais dos alunos, permitindo que os relatórios, avaliações discentes e os diversos formulários possam ser preenchidos e acessados *online* e não em papel.

3.3.9 Programas de Atendimento aos Estudantes

Critério de Análise: Programas de apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria), inclusive aos estrangeiros, quando for o caso, previstos/implantados.

a) ações, políticas previstas/implantadas e dados estatísticos

O PDI prevê ações de atendimento especializado aos estudantes. Atualmente encontram-se implantados o NAC em conformidade com as orientações do INEP, o Programa de Nivelamento, o Laboratório de Línguas, o LABTED, o SEBEC, o DASC, o Canal do Estudante, a Clínica Psicológica, a CUIA e o PROPE.

b) potencialidades identificadas

- A UEL acata as legislações superiores relacionadas ao atendimento das necessidades especiais dos estudantes e oferece serviços que proporcionem aos alunos sentimentos de segurança e proteção diante de suas dificuldades específicas permanentes ou temporárias. Destaque para o curso de Odontologia com a organização do banco de materiais (arrecadação e empréstimo de instrumental como mecanismo de permanência para alunos carentes);
- Em 2016 DASC contabilizou 4.291 consultas médicas, 4.292 atendimentos de enfermagem, 6.988 procedimentos diversos e 2.480 atendimentos de odontologia.

c) fragilidades identificadas

- Os serviços de atendimento aos estudantes são pouco conhecidos pela comunidade da própria Universidade e insuficientes em relação à demanda;
- Divulgação insuficiente dos diversos serviços de atendimento prestados aos estudantes;
- Dificuldade de acessibilidade nos diferentes setores da Universidade.

d) recomendações da CPA

- Divulgar na comunidade acadêmica os diferentes tipos de atendimento existentes na UEL;
- Esclarecer as diferentes instâncias sobre procedimentos de encaminhamento de alunos que necessitem de atendimento especializado;
- Ampliar a oferta dos serviços de atendimento, considerando a demanda.

3.3.10 Programas de Apoio à Realização de Eventos Internos, Externos e à Produção Discente

Critério de Análise: Programas de apoio ao discente previstos/implantados na UEL considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).

a) ações, políticas previstas/implantadas e dados estatísticos

Pelo Regimento Geral da UEL, a extensão universitária é desenvolvida sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, produção e publicações específicas. A Casa da Cultura da UEL é referência central no incentivo, produção e fomento de atividades culturais e artísticas.

A PROEX também investe em ações internas para consolidação da relação com a sociedade, como: seminário e fórum de extensão; eventos esportivos e culturais, entre outras.

No ano de 2016, foram cadastrados na PROEX 322 eventos, com público estimado de 77.946 participantes. A Fundação Araucária financiou 44 destes eventos (dados fornecidos pela PROEX).

b) potencialidades identificadas

- Vários eventos acadêmicos/científicos/culturais são realizados pela UEL anualmente, contando com uma boa participação tanto da comunidade interna como externa. A maioria contando com recursos próprios e/ou financiamento de órgãos de fomento;
- Em alguns cursos de graduação, os discentes fazem visitas técnicas de campo, previamente programadas e previstas nos planos de ensino;
- O Edital PUBLIC-UEL incentiva publicação de resultados de trabalhos de docentes com participação de discentes da graduação;

- Os alunos podem solicitar amparo para a participação em eventos culturais, artísticos e científicos.

c) fragilidades identificadas

- Os programas de pós-graduação conseguiram manter um programa próprio de apoio à participação de discentes em eventos, mas com o corte dos recursos PROAP, esse cenário tende a mudar.
- Nem todos os cursos de graduação conseguem realizar eventos acadêmicos por falta de estrutura física, recursos humanos e financeiros.
- Apesar de estar implantado na UEL, o sistema de emissão de certificados de participação em eventos on-line, muitos reclamam da demora e ineficiência desse serviço.
- Pouca agilidade para compra de passagens para palestrantes e convidados dos eventos.

d) recomendações da CPA

- Melhorar o sistema de emissão de certificados;
- Melhorar o sistema de emissão de passagens;
- Potencializar o apoio técnico e financeiro para a realização de eventos acadêmicos.

3.3.11 Política e Ações de Acompanhamento dos Egressos

Critério de Análise: Atendimento de plano de ação/ações institucionais previsto/implantado quanto à política de acompanhamento dos egressos.

a) ações, políticas previstas/implantadas

O PDI apresenta o Portal do Egresso como: “um canal interativo, com seções de informação e de relacionamento entre a Universidade e seus ex-alunos, por meio de informativos sobre cursos, eventos, lançamentos, entre outras atividades desenvolvidas na Instituição.” O Portal oferece também informações sobre os órgãos relacionados a sistemas de empregos, entre eles: Agências de Emprego Londrina; Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social; Universia/Pós-Universitário.

b) potencialidades identificadas

- Encontra-se disponível no sítio da Universidade o Portal do Egresso;
- Alguns cursos organizam independentemente o seu Fórum de Egressos;
- Em alguns cursos o acompanhamento de egressos acontece em iniciativas particulares de professores/orientadores/supervisores;
- Projetos implantados para acompanhamento dos egressos (curso de Design de Moda, Artes Visuais, Comunicação, Jornalismo, Mestrado e Doutorado em Serviço e Política Social, Casa da Cultura).

c) fragilidades identificadas

- Número considerável de cursos desconhece a existência do portal do egresso.
- Ainda que no sítio da Universidade exista o acesso para o Portal do Egresso e para página de redes sociais, este espaço apresenta informações desatualizadas e algumas notícias não estão diretamente relacionadas à política e ação de acompanhamento dos egressos, o que dificulta conhecermos e acompanharmos a atuação dos egressos da IES no ambiente sócio econômico (item 3.12);
- A falta de informação oficial sobre o egresso impede a avaliação da sua atuação no mercado de trabalho.

d) recomendações da CPA

- Planejar e organizar ações específicas de acompanhamento da inserção dos egressos no mercado de trabalho, com o objetivo de alimentar o portal e páginas das redes sociais com informações relevantes e atualizadas, contribuindo para maior visibilidade da Universidade na sociedade;
- Criar estratégias para reinserir o egresso na Universidade, contribuindo com os estudantes para compreender a sua ação profissional futura (participação em Semana de Recepção, Semana Pedagógica, Feira de Profissões e outros eventos organizados pelo curso e/ou Universidade);
- Planejar e implementar a Associação de Egressos da UEL.

3.3.12 Atuação dos Egressos da IES no Ambiente Socioeconômico

Critério de Análise: Ações previstas/implantadas pela UEL para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a UEL está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.

a) ações, políticas previstas/implantadas

Ainda que o PDI aponte a importância de acompanhamento dos seus egressos, a Universidade não apresenta ações implantadas no ambiente socioeconômico.

b) potencialidades identificadas

- Os Programas de pós-graduação fazem o levantamento dos seus egressos devido ao preenchimento do relatório CAPES.

c) fragilidades identificadas

- Informalidade na obtenção das informações sobre os egressos;
- Não há nenhuma ação efetiva da IES para verificação do egresso em relação a sua atuação profissional.

d) recomendações da CPA

- A Universidade tem urgência em implantar políticas de acompanhamento da atuação dos egressos na sociedade e promover ações interativas que proporcionem à instituição informações que possam subsidiar constante aprimoramento da formação profissional.

3.3.13 Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Coerência entre o PDI e as Ações Institucionais

Critério de Análise: Atendimento de ações previstas/implantadas pela UEL, conforme proposto no PDI, referente a inovação tecnológica e a propriedade intelectual.
--

a) ações, políticas previstas/implantadas e dados estatísticos

Em Londrina, a Lei Municipal de Inovação prevê medidas de incentivo à pesquisa científica e tecnológica, a consolidação dos ambientes de inovação nos setores produtivos e sociais do município de Londrina e a ampliação da Política Municipal de Ciência e Tecnologia. Os benefícios da Lei de Inovação estão no estímulo e apoio à formação de alianças para o desenvolvimento de projetos de cooperação entre poder público municipal, as empresas e as instituições de ensino, visando a promover a geração de inovação e negócios (PDI).

Aliando-se a todos os outros pontos favoráveis sobre Londrina e região, a UEL possui a AINTEC, com Escritório de Propriedade Intelectual/Transferência de

Tecnologia que atende pesquisadores, faz produção de patentes, registros de software, direitos autorais e marcas elaboradas. A Agência, por meio da INTUEL, fomenta projetos inovadores na área. A AINTEC tem por missão viabilizar a transformação do conhecimento em inovação, fomentar o empreendedorismo inovador, gerar direitos para proteção das suas criações intelectuais e transferir ativos inovadores para o mercado e para sociedade em geral (PDI).

Os resultados parciais de 2016 mostram que dezesseis Pesquisadores foram atendidos, além disso, gerados: oito Produções de Propriedade Intelectual (Patentes, Registros de Software, Direitos Autorais, Marcas Elaboradas), cinco Patentes em Fase de Elaboração e Análise. (Folder UEL em dados 2016).

b) potencialidades identificadas

- Na Universidade há o desenvolvimento de metodologias, procedimentos técnicos e criação e publicação de obras artísticas;
- Existe apoio ao desenvolvimento de empresas juniores.

c) fragilidades identificadas

- Falta de uma política de incentivo aos pesquisadores na geração e inovação tecnológica da instituição;
- Por meio da AINTEC é possível o desenvolvimento de ações de proteção intelectual, no entanto, o fomento ao empreendedorismo é incipiente dentro da agência. Ademais, não se têm percebido ações concretas para transferir ao mercado e à sociedade os ativos gerados pela UEL. A falta de recursos humanos e burocracia dificultam o depósito de pedido de patente;
- O processo de registro de patentes, ou propriedade intelectual, é muito moroso e burocrático.

d) recomendações da CPA

- Ampliar os recursos humanos na Agência de Inovação Tecnológica para desburocratizar e agilizar os processos de registros de patentes e propriedade intelectual;
- Criar uma política de incentivo aos pesquisadores para o incremento do desenvolvimento de inovação e tecnologia.

3.4 Eixo 4 - Políticas de Gestão

3.4.1 Política de Formação e Capacitação Docente

Critério de Análise: Política de formação e capacitação docente prevista/implantada, considerando, em uma análise sistêmica e global, o incentivo/auxílio à: participação em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes.

a) ações, políticas previstas/implantadas e dados estatísticos

A UEL possui normas que incentivam a capacitação docente por meio de afastamento legal e regimental, voltado tanto para obtenção de titulação acadêmica, como para a produção do conhecimento científico. O Regulamento do Pessoal da Universidade, prevê regras para Licenças à Capacitação (curta e longa duração), incentivando a apresentação de trabalhos em eventos científicos, no país ou no exterior.

Em novembro de 2015, segundo dados da PRORH, o corpo docente da UEL, totalizava 1.696 docentes. Deste total, 92,8% (1.574) possuem o título de mestrado e doutorado, sendo que 65,4% (1.110) dos docentes têm o título de doutorado; 27,3% (464) são mestres; 5,7% (97) são especialistas; 1,4% (25) possuem o título de graduação.

b) potencialidades identificadas

- O plano de carreira da UEL está alinhado com a proposta do Plano de Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado do Paraná;
- Está previsto no PDI incentivar programas de capacitação docente;
- O Regimento Próprio da Universidade prevê licenças e afastamentos legais para formação e capacitação dos docentes;
- Oferta de Curso de Formação Pedagógica aos docentes ingressantes, portadores de cursos tecnológicos ou bacharéis (GEPE);
- Ações de capacitação docente para o uso das TICs (LABTED);
- Semestralmente os centros recebem recursos financeiros destinados a apoio e incentivo de participação de docentes em eventos científicos;
- Retomada ao acesso à classe de Professor Titular no Plano de Carreira Docente;
- Há centros e departamentos que viabilizam, por meio de recursos externos, licenças e afastamentos de seus docentes com o objetivo de garantir a formação e capacitação;

c) fragilidades identificadas

- Diminuição de apoio financeiro que impacta diretamente sobre as políticas de formação e capacitação docente;
- A instituição não apresenta dados e regulamentação a respeito dos pós-doutores.

d) recomendações da CPA

- Implantar uma política institucional de avaliação docente com a finalidade de acompanhar sua evolução;
- Consolidar as ações organizadas pelas instâncias da Universidade referentes à política de formação e capacitação pedagógica.

3.4.2 Política de Formação e Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo

Critério de Análise: Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista/implantada, considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.

a) ações, políticas previstas/implantadas e dados estatísticos

A Instituição conta com normas internas e externas que permitem o incentivo à formação e capacitação do corpo Técnico Administrativo. A lei que instituiu a Carreira do Agente Universitário (Lei Estadual 11.713/97, alterada pelas Leis 15.050/2006 e 17382/2012), prevê a concessão de promoção vertical para os servidores que concluírem escolaridade acima da exigida para o ingresso no cargo. Ademais, também prevê a progressão horizontal na Carreira aos servidores que concluírem cursos de treinamento/capacitação na área de atuação. Para tanto, a UEL dispõe de um Plano de Capacitação, aprovado pela Resolução CA no. 085/2009, a qual prevê linhas de desenvolvimento nas áreas comportamentais, funcionais e educacionais dos servidores. Conta, ainda, com uma Divisão específica que promove regularmente Cursos de Treinamentos para o desenvolvimento de Competências Técnicas e Comportamentais do Quadro Técnico Administrativo.

b) potencialidades identificadas

- A política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está implantada, entretanto, não há mais incentivos devido aos motivos financeiros, por parte do Governo do Estado;
- Na maioria das unidades há o estímulo à participação do corpo administrativo em eventos, bem como estímulo a sua capacitação técnica;

- Existem técnicos-administrativos de nível superior, inclusive com doutorado.

c) fragilidades identificadas

- O programa institucional de Apoio a Capacitação do pessoal técnico é restrito e não atende às especificidades das áreas e não há avaliação por parte da Instituição com relação à aplicação dos conteúdos ministrados;
- A falta de servidores restringe as possibilidades de liberação e participação já que a saída provoca sobrecarga de tarefas no setor de lotação;
- O atual plano de cargos e carreira não favorece a fixação de novos funcionários.

d) recomendações da CPA

- Implantar políticas de capacitação institucional com objetivos e avaliações de forma plena;
- Promover cursos internos e externos nas áreas específicas de cada Unidade.

3.4.3 Gestão Institucional

Critério de Análise: Gestão institucional prevista/implantada para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.

a) ações, políticas previstas/implantadas

A gestão institucional na UEL ocorre de forma organizada e sistemática em todos os aspectos listados no critério para análise.

O CU é o órgão máximo de deliberação institucional, responsável pelo estabelecimento da política institucional da Universidade e pela sua supervisão.

b) potencialidades identificadas

- Existe representatividade em todas as instâncias de todas as categorias;
- A forma de gestão institucional permite a autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões;
- Há eleições diretas em vários segmentos o que democratiza os processos

decisórios e de gestão colegiada.

c) fragilidades identificadas

- A representatividade das diferentes categorias está implementada dentro da Instituição, onde todos os segmentos da Universidade têm oportunidade de se manifestar. Porém, a autonomia financeira e de contratações depende do Governo do Estado;
- A falta de servidores nas secretarias dificulta o registro das reuniões e demais trabalhos administrativos, o que tem ficado sobre a responsabilidade dos próprios docentes/ chefes de departamento;
- A participação da sociedade civil não tem sido significativa, apesar da importância da UEL para o crescimento e desenvolvimento da região.

d) recomendações da CPA

- Discutir e aprimorar a Gestão Institucional;
- Propor um sistema de substituição gradual dos cargos administrativos de forma que a transição de mandatos ocorra de maneira gradual, consistente e sem rupturas abruptas.

3.4.4 Sistema de Registro Acadêmico

Critério de Análise: Sistema de registro acadêmico previsto/implantado quanto às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.

a) ações, políticas previstas/implantadas

O Sistema Acadêmico de Graduação disponível no SISTEMA UEL possibilita o acesso pelas Secretarias de Centros, Departamentos, Colegiados, Diretores de Centros, Chefes e vice-chefes de Departamentos, Coordenadores e vice-coordenadores de colegiados, coordenadores de estágios e TCCs, relativos a consultas, emissão de relatórios e atualizações. A incorporação dos avanços tecnológicos na UEL mantém suporte e organização por meio de um sistema de gerenciamento de informações acadêmicas e administrativas e de registros acadêmicos dinâmicos como Pauta Eletrônica.

O Sistema de Registro Eletrônico de Frequência e Rendimento Escolar pela Web

têm como objetivo proporcionar aos docentes recursos que facilitem o controle de frequência e registro das avaliações de estudantes. Também, proporciona à PROGRAD, à PROPPG, à PROPLAN e aos estudantes acesso mais rápido a essas informações.

b) potencialidades identificadas

- O sistema de registro acadêmico implantado atende às necessidades institucionais e dos discentes, pela organização, informatização e diversificação de documentos disponibilizados;
- Quando pontualmente alimentado, fornece um amplo campo de informações a serviço de docentes e estudantes;
- O sistema de registro acadêmico de estudantes da pós-graduação evoluiu nos últimos anos, com a disponibilização de informações aos estudantes de forma organizada e informatizada;
- Desburocratização no processo de tramitação dos projetos e relatórios por meios digitais facilitando o trabalho.

c) fragilidades identificadas

- Falta agilidade no atendimento pessoal;
- O sistema de registro acadêmico, portal da UEL, carece que uma reforma visando melhorar a dinâmica do sítio;
- O aluno deveria ter acesso imediato aos lançamentos de presenças/faltas e não esperar pelo encerramento do período letivo;
- Diversos documentos e processos ainda não se encontram informatizados e outros procedimentos ainda não podem ser realizados pelo sistema, demandando incontáveis ofícios e outros documentos.

d) recomendações da CPA

- Integrar a ATI e Colegiados para melhoria do sistema de pauta eletrônica;
- Modernizar e otimizar a rede lógica da UEL e ferramentas eletrônicas disponíveis.

3.4.5 Sustentabilidade Financeira

Critério de Análise: Fontes de recursos previstas/executadas para o custeio e investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.

a) ações/políticas previstas/implantadas

As questões financeiras são imprescindíveis para as Universidades, principalmente porque é fator primordial para a continuidade de suas atividades. Nesse sentido, as metas propostas para o próximo quinquênio, registradas no PDI 2016-2021, foram elaboradas procurando garantir as melhores condições de desenvolvimento para a UEL. As metas propostas procuraram consolidar um conjunto de ações, já existentes, que, ao longo dos últimos anos, enfrentaram e ainda enfrentam o desafio do equilíbrio financeiro.

O Orçamento da UEL trata-se de um instrumento de planejamento que espelha as decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias para o atendimento das demandas correspondentes às atividades da Universidade. O Orçamento é de responsabilidade da Reitoria e sua elaboração é da competência da PROPLAN. O Orçamento, no âmbito da Universidade, é aprovado pelo CU e encaminhado ao Governo do Estado para ser incorporado ao Orçamento do Estado, a fim de ser submetido à aprovação da Assembleia Legislativa. A execução do Orçamento na UEL é administrada pela Secretaria de Planejamento que, a partir de critérios e conveniências próprios, estabelece formas para a liberação dos recursos. A propósito, observa-se que, fora os recursos destinados à folha de pagamento, cujo critério de liberação obedece a uma sistemática datada, os demais recursos programados são liberados mediante a realização de receitas próprias. A Universidade elabora o seu orçamento em duas partes: uma relativa à economia financeira da administração e manutenção do ensino superior da UEL e outra relativa à administração e manutenção do Hospital Universitário.

A PROAF afirma que há 3 fatores que influenciam diretamente a sustentabilidade financeira da UEL: 1) redução progressiva de recursos repassados pelo Estado; 2) aumento progressivo dos custos fixos e variáveis da UEL; 3) limitação nas ações geradoras de recursos financeiros.

b) potencialidades identificadas

- Os cursos ofertados pela UEL estão se desenvolvendo por meio de parcerias com a SETI, SEED, CAPES e CNPq e de acordos para a implementação de programas como: PARFOR, nos níveis de graduação, educação continuada e pós-graduação; PEC-G; PEC-PG; PET; PIBID; PRO-SAÚDE III; TWAS/CNPq; PIBIC; Novos Talentos, Universidade Sem Fronteiras.

c) fragilidades identificadas

- Os recursos previstos pela PROPPG diminuíram significativamente no ano de 2016 em decorrência da crise econômica que passa o país. A execução do financeiro também foi dificultada pela falta de orçamento dos principais órgãos financiadores: CAPES/CNPq/Fundação Araucária/FINEP;
- No âmbito dos cursos de graduação, a falta dos recursos compromete o desenvolvimento dos seus PPCs. Detecta-se falta de equipamentos de laboratório, materiais básicos para aulas práticas e demais atividades;
- Os recursos previstos para gestão do Sistema de Bibliotecas têm sido aquém do necessário, existindo dificuldade para alcançar as metas estabelecidas, principalmente no que tange à aquisição de material didático para o atendimento às disciplinas dos cursos.

d) recomendações da CPA

- Planejar e implantar políticas e fontes orçamentárias compatíveis com as atribuições que estão reservadas à UEL;
- Assegurar alocação de recursos governamentais, por meio da articulação das representações da UEL nos diversos conselhos, comitês e (ou) organizações de fomento a projetos acadêmicos;
- Aperfeiçoar os recursos infraestruturais, materiais e financeiros, implementando estratégias e/ou procedimentos para utilização plena e racionalização da capacidade instalada da UEL;
- Antecipar fatos e necessidades institucionais, pela compatibilização do uso de recursos e possibilidades de financiamento, com o atendimento de novas missões e objetivos requeridos pela comunidade acadêmica.

3.4.6 Relação entre o Planejamento Financeiro (Orçamento) e a Gestão Institucional

Critério de Análise: Planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado e sua relação com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.

a) ações/políticas previstas/implantadas

A UEL, por ser parte do Sistema de Ensino Superior do Paraná e dependente dos aportes financeiros da SETI, responsável pela gestão da política de ciência e tecnologia no Estado – tem necessidade de realizar o seu planejamento acoplado ao orçamento disponibilizado pelo Estado. É assim que o PEI, na UEL, assume um papel

estratégico, de caráter operacional e participativo com o objetivo de planejar e obter recursos materiais e financeiros que garantam o desenvolvimento acadêmico de toda a Instituição. Desse modo, cabe ao PEI formatar “programas estratégicos” de desenvolvimento acadêmico e institucional que sejam programados e viabilizados em termos orçamentários.

Uma gestão institucional adequada pressupõe a elaboração de um planejamento e de recursos financeiros suficientes. O planejamento se condiciona às atividades a serem desenvolvidas dentro da instituição. As Instituições Estaduais de Ensino Superior elaboram anualmente os seus planejamentos orçamentários e encaminham para a mantenedora, o Governo do Estado do Paraná, para a homologação. O Estado realiza adequações que são encaminhadas para Assembleia Legislativa do Paraná para a aprovação da LOA. Esse montante dos recursos financeiros tem sido inadequado e insuficiente proporcionando ação negativa na gestão institucional.

b) potencialidades identificadas

- Esforços de captação de recursos externos por meio de concorrência a editais dos órgãos de fomento – CAPES, CNPq, FINEP (no âmbito federal), Fundação Araucária (no âmbito estadual), bem como do Fundo Paraná, tem se imposto como estratégia fundamental para investimentos com o objetivo de desenvolver a Instituição.

c) fragilidades identificadas

- Não há avaliação precisa para estabelecimento de prioridades e recursos suficientes para suprir as necessidades;
- O repasse de verbas à Universidade é insuficiente para suprir, tanto às propostas presentes no PDI, como às necessidades de custeio;
- Os recursos são escassos e a cada dia a falta de investimentos tem deixado os cursos de graduação desatualizados em termos de infraestrutura física e equipamentos, sendo de contramão com à capacitação dos docentes que apesar do alto nível tem suas ações limitadas.

d) recomendações da CPA

- Discutir nos conselhos superiores as formas de cumprimento da Lei de investimentos na Educação pelo Governo do Estado;
- Criar um planejamento financeiro adequado com critérios estabelecidos de curto, médio e longo prazo para investimentos nos departamentos e centros de estudos da UEL.

3.4.7 Coerência entre Plano de Carreira e a Gestão do Corpo Docente

Critério de Análise: Gestão do corpo docente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.

a) ações/políticas previstas/implantadas

A Universidade é formada por servidores integrantes do Quadro de Carreira. A Lei nº 11.713, publicada no Diário Oficial nº 4997 de 07 de maio de 1997, dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

O Plano de Carreira dos Docentes do Magistério Superior das IES do Paraná é condizente com a Gestão do Corpo Docente da UEL, pois se trata de um plano aprovado por Lei Específica, na qual garante, com maior segurança jurídica, a política de incentivo à capacitação docente. Por esta razão, os programas institucionais voltados à formação e capacitação docente encontram-se amparados por norma legal, propiciando maior estabilidade e segurança na política de gestão do quadro.

Em função da titulação que possuem, os docentes recebem mensalmente parcela remuneratória denominada Adicional de Titulação, nas seguintes condições e não cumulativas (cf. Leis n.º 14.825/05 e n.º 15.944/08): 20% sobre o vencimento básico do seu regime de trabalho para detentores de títulos de Especialista; 45% sobre o vencimento básico do seu regime de trabalho para detentores de títulos de Mestre; 75% sobre o vencimento básico do seu regime de trabalho para detentores de títulos de Doutor ou Livre-Docente.

A admissão dos docentes se dá por meio de concurso público, mediante autorização governamental e da administração da UEL. O ingresso na carreira docente do Magistério do Ensino Superior ocorre no cargo previsto na lei, integrando o servidor, um dos regimes de trabalho parcial, tempo integral 40h semanais ou Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE). Os docentes da UEL estão distribuídos por regime de trabalho e vínculo com a Instituição. Os Regimes são a CLT, CRES e o Regime Jurídico Estatutário. Os vínculos são Efetivos e Temporários. O Corpo Docentes da UEL é formado por 85,59% (1.414) de professores efetivos e 14,41% (238) de estatutários, professores temporários.

b) potencialidades identificadas

- A carreira docente está implementada na instituição;

- No ano de 2016, a UEL deu início a retomada dos concursos de professores titulares depois de mais de 20 anos de ausência de concurso de professor Titular na instituição.

c) fragilidades identificadas

- Falta de processo de avaliação docente para progressão na carreira com critérios claros estabelecidos pela IES. Há dificuldades para a progressão na carreira após a classe/nível de professor Associado C, que leva a um estrangulamento na carreira docente na classe Associado;
- Indefinição do Regime de Trabalho em Dedicção Exclusiva.

d) recomendações da CPA

- Estabelecer um sistema de gestão do corpo docente junto ao Governo do Estado e a SETI, de forma a repor rapidamente os quadros de docentes, motivados principalmente pela necessidade de manter uma qualidade nos cursos de graduação e pós-graduação;
- Institucionalizar a avaliação docente em estágio probatório e efetivo, com critérios e instrumentos que avaliem a sua atuação nos 3 eixos da Universidade, Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Regular o Regime de Trabalho em Dedicção Exclusiva.

3.4.8 Coerência entre o Plano de Carreira e a Gestão do Corpo Técnico-Administrativo

Critério de Análise: Gestão do corpo técnico-administrativo em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.

a) ações/políticas previstas/implantadas

A Carreira Técnica Universitária é regida pela Lei 15.050/2006 e alterada pela Lei 17.382/2012. É composta de 3 cargos, denominados Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional, cada qual com funções singulares e multiocupacionais agregadas, estruturadas em 3 classes crescentes, que determinam a linha de desenvolvimento profissional de cada cargo, de acordo com a exigência de escolaridade para cada cargo e função. A descrição das atividades e tarefas do cargo e das funções, a jornada e outras características estão definidas no Perfil Profissiográfico de cada função. O Corpo Técnico da UEL é formado por 3.483 servidores. O Corpo Técnico da UEL está distribuído por Centro de Estudos,

Órgãos de Apoio, Órgãos Suplementares, Assessoria, Pró-Reitorias e Coordenadorias.

b) potencialidades identificadas

- A IES tem Plano de Cargos, Carreiras e Salários do corpo técnico administrativo que está definido por lei específica, o que garante maior segurança jurídica à política de gestão de pessoas;
- O plano prevê institutos legais que permitem ao gestor estabelecer uma política de capacitação com o correspondente desenvolvimento na carreira, além de contar com um Instrumento próprio de Avaliação de Desempenho, o que é imprescindível para aferição das competências necessárias ao exercício da função.

c) fragilidades identificadas

- Alguns servidores técnicos administrativos colocam que o plano de carreira implantado na IES não atende na sua totalidade os anseios dos servidores, como por exemplo, os servidores técnicos administrativos do nível médio não têm perspectivas de ascensão.

d) recomendações da CPA

- Rever os critérios para ascensão dos técnicos administrativos, considerando a necessidade de manter um quadro atualizado, criando estratégias que possibilitem a formação continuada dos mesmos.

3.5 Eixo 5 – Infraestrutura Física

3.5.1 Políticas e Práticas Institucionais

3.5.1.1 Políticas institucionais e planos diretores de expansão, instalações, conservação e manutenção físicas

Critério de análise: as políticas previstas/implantadas propiciam planos diretores para a gestão de instalações físicas nas unidades institucionais de oferta de curso (*campus* universitário, sedes próprias de extensão, polos próprios de EaD), considerando acessibilidade, rede elétrica, lógica, hidráulica, sanitária e forma seletiva de coleta e tratamento de resíduos.

As políticas institucionais da UEL não estão bem estabelecidas, mas existe a

elaboração de planos diretores (PEI). Estes, porém, encontram grandes dificuldades para serem implantados e efetivados em toda a Instituição. Na maioria das vezes, isso se dá pela falta de recursos para investimentos em infraestrutura por parte da entidade mantenedora, a SETI, bem como pela falta de critérios claros para o estabelecimento de prioridades entre as unidades.

Frequentemente, as demandas são levadas aos Conselhos Superiores, que precisam tomar decisões sem os dados e informações provenientes de processos de avaliação que possam embasar tais decisões.

3.5.1.2 Zelo pelo patrimônio público

Critério de análise: quando as normativas institucionais previstas/implantadas regulamentam ações que observam deveres, direitos e sanções para acesso, uso, conservação, manutenção, atualização e expansão da infraestrutura física e material (equipamentos e materiais permanentes).

Em toda a UEL há normativas gerais e específicas sobre este tema. No entanto, a conservação, manutenção e atualização do patrimônio são precárias em razão da escassez de recursos materiais e humanos. Ainda que todos os servidores cumprissem as normativas, a ausência de políticas de conservação e de atualização impacta sobre a qualidade da infraestrutura. Há tempo excessivo de espera por materiais novos e pela recuperação de equipamentos danificados.

3.5.1.3 Acessibilidade: localização e comunicação

Critério de análise: quando as normativas institucionais de adequação e implantação regulamentam as ações de acessibilidade, localização e comunicação, com excelente abrangência, sinalização e visualização na infraestrutura física institucional.

As políticas de acessibilidade existem e são suficientes. No entanto, a Universidade não consegue implementar e cumprir suas políticas por falta de recursos. A acessibilidade carece de implantações na maioria dos espaços. Existe a necessidade de rampas, espaços cobertos para cadeirantes, presença e manutenção de elevadores, placas indicativas e de sinalização para deficientes físicos nos Centros, salas e demais espaços.

3.5.1.4 Biblioteca: funcionamento

Critério de análise: quando o seu funcionamento é compatível com o horário de oferta dos cursos e o quadro funcional da biblioteca atende às demandas institucionais.

O Sistema de Bibliotecas (de acordo com as especificidades de cada Biblioteca e do Centro de Estudos onde está localizada) apresentam horários de atendimentos compatíveis e muito bons, bem como bibliotecários à disposição dos usuários.

No que diz respeito ao quadro funcional, o Sistema de Bibliotecas perdeu uma quantidade significativa de servidores nos últimos anos, por conta de aposentadorias. A ausência de substituição dessas vagas tem gerado grandes transtornos, tanto no atendimento aos usuários, quanto na qualidade e quantidade dos serviços internos e serviços de limpeza e manutenção predial. Desta forma, a BC reduziu em uma hora diária o atendimento à comunidade.

3.5.1.5. Biblioteca: política de aquisição, expansão e atualização do acervo

Critério de análise: quando a instituição apresenta política de aquisição, expansão e atualização do acervo que atende ao disposto em PDI.

A aquisição de referências bibliográficas, nos seus diferentes suportes, é feita levando-se em conta a relação exemplar/aluno, conforme os padrões de qualidade recomendados pelos órgãos oficiais de educação, ou conforme a demanda. Todo o processo de aquisição é norteado por um documento denominado Política de Desenvolvimento de Coleções do SBUEL, elaborado por uma equipe e aprovado pelos membros da Comissão de Biblioteca que representam a comunidade universitária, e pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Bibliotecas, onde estão estabelecidas diretrizes para seleção e aquisição. A efetivação das aquisições por compra obedece à Lei nº 8.666/93, que regulamenta as licitações, observando-se os procedimentos e prazos nela descritos. O Serviço de disseminação "Novas Aquisições" é desenvolvido pela Divisão de Referência da Biblioteca Central.

No entanto, nesta avaliação os centros ressentem-se da efetivação das políticas de aquisição de novos títulos. Em geral, os prazos de aquisição são muito longos e nem sempre as solicitações são atendidas. Conseqüentemente, a situação desencoraja os docentes a atualizarem as listas bibliográficas de suas disciplinas e, assim, a consulta e utilização do acervo pelos usuários fica prejudicada.

3.5.1.6 Infraestrutura de serviços

Critério de análise: quando a infraestrutura prevista/implantada na instituição atende plenamente aos estudantes, aos técnicos administrativos ou agentes universitários e professores, nas necessidades de alimentação, transporte, comunicação, estacionamento, acesso bancário, ambulatório e reprografia.

Este indicador, além de considerar como obrigatório o laudo do Corpo de Bombeiros e a licença da Vigilância Sanitária, tem como referencial de análise a infraestrutura geral de serviços oferecidos a toda comunidade acadêmica, como os acima elencados.

Tomando por base as unidades que responderam o questionário, 35% relataram que a infraestrutura de serviço é muito boa; porém, 18% estão insatisfeitos com os serviços e 35% relataram a inexistência desse tipo de serviço nas suas unidades.

Quanto aos estacionamentos, na visão dos gestores dos cursos e dos Centros de Estudos, são insuficientes, com poucas vagas e, para alguns Centros, muito distantes.

Os serviços de reprografia existem, tanto nos Departamentos, para atender às demandas dos cursos, quanto terceirizados, para atender a toda a comunidade universitária. No geral, os serviços de reprografia internos (não terceirizados) são insuficientes, especialmente por limitarem o volume de cópias por Departamento/curso.

As pró-reitorias não responderam ao formulário, portanto as informações acerca do laudo do Corpo de Bombeiros e da licença da Vigilância Sanitária ficaram prejudicadas – o que é preocupante, em razão da importância do assunto, que diz respeito à segurança da comunidade universitária.

3.5.2 Instalações

3.5.2.1 Instalações físicas destinadas às atividades administrativas e administrativo-pedagógicas

Critério de análise: quando as instalações físicas destinadas às atividades administrativas e administrativo-pedagógicas apresentam condições no que se refere a espaço, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.

Quanto às instalações físicas destinadas às atividades administrativas e administrativo-pedagógicas, que têm como referencial de análise os referidos aspectos, necessários às atividades propostas em cada unidade, ficou evidente pelas respostas que compuseram a análise deste indicador que as condições das instalações físicas são insatisfatórias.

Cabe destacar que 45% dos respondentes entenderam que as condições são insatisfatórias; 23% relataram que as condições atendem satisfatoriamente às demandas das respectivas unidades; 18% que as condições atendem de forma plena/excelente às necessidades da comunidade; porém, 14% relataram que elas simplesmente não existem.

Esse quadro quantitativo reflete a análise descritiva e qualitativa dos respondentes que, em uma análise global e sistêmica, podem ser sumarizadas da seguinte forma: a) não há segurança suficiente (tanto eletrônica quanto de pessoal) necessária para a proteção patrimonial; b) os espaços físicos, quando existem, são insuficientes; c) não há manutenção de forma regular, tanto preventiva quanto corretiva, e as demandas por esses serviços são burocráticas e demoradas; d) os mobiliários em geral (móveis, utensílios, equipamentos, etc.) destinados às atividades em análise estão sucateados; e) não há pessoal técnico-administrativo de apoio suficiente para as demandas, tanto da Graduação quanto da Pós-Graduação, incluindo pessoal responsável pela manutenção.

3.3.5.2 Salas de aula

Critério de análise: quando as salas de aula atendem aos requisitos de espaço, capacidade, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.

As condições das salas de aula, que têm como referencial de análise as condições acima aludidas, foram consideradas insuficientes para o desenvolvimento das atividades propostas em cada Unidade.

Tomando por base as unidades que responderam aos questionários, 68% entendem que as salas e seus referenciais de qualidade são insuficientes; 23% entendem que são suficientes; 2% entendem que não existem; e nenhuma Unidade entendeu o atendimento como pleno/excelente.

Esse quadro quantitativo reflete a análise descritiva e qualitativa dos respondentes que, em uma análise global e sistêmica, podem ser sumarizadas da

seguinte forma: a) Quanto aos espaços e capacidade, não há salas suficientes para atender todas as demandas dos cursos, havendo necessidade, em alguns casos, de deslocamento para centrais de salas e/ou outras Unidades/espaços, gerando desconforto para os estudantes e docentes. Há relatos também de que algumas salas não atendem, em quantidade de carteiras e demais mobiliários, ao tamanho das turmas, havendo necessidade de se adicionar carteiras e mobiliários provenientes de outras salas; b) quanto aos aspectos de conservação, manutenção e limpeza, há consenso de que essas condições são muito precárias, pois não há, no geral, manutenção preventiva e as manutenções corretivas ocorrem de forma muito lenta, não havendo também pessoal suficiente para atender a todas as demandas das mais diversas unidades. Tendo havido relatos de que algumas salas apresentam goteiras, por falta de manutenção predial; c) sobre a segurança, poucas salas dispõem de equipamentos/dispositivos eletrônicos de segurança e as que possuem apresentam problemas de funcionamento por falta de manutenção – tampouco há vigilantes em número suficiente para cuidar do patrimônio da UEL; d) no que diz respeito à iluminação, acústica, ventilação e comodidade, de uma forma geral, há relatos de gestores de Unidades quanto à má conservação da iluminação, além do fato de que nem todas as salas possuem climatizadores/ventiladores, e as que possuem apresentam problemas de manutenção, ou seja, alguns equipamentos simplesmente não funcionam; e) a maioria das salas não possui carteiras e mobiliários adequados, comprometendo as atividades acadêmicas; f) quanto à acústica, algumas unidades apontam excesso de ruído em função da sua localização.

Cabe destacar também que algumas salas possuem condições mais favoráveis, em função de investimentos oriundos dos cursos de Pós-Graduação conveniados. Nesse caso, os mobiliários, equipamentos e as manutenções preventivas e corretivas foram adquiridos e contratados pelos respectivos gestores dos cursos e houve um acompanhamento contínuo desses espaços, beneficiando, conseqüentemente, tanto alunos da Pós-Graduação quanto os alunos da Graduação.

3.5.2.3 Sala(s) de professores

<p>Critério de análise: quando a(s) sala(s) de professores existente(s) atende(m) de maneira plena/excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.</p>
--

Há salas de professores em todos os Centros de Estudos, com exceção dos

Departamentos de Bioquímica, Geografia, Química e Central de Salas (Centro de Ciências Exatas). E as principais fragilidades apontadas pelos Centros/Departamentos, Órgãos de Apoio e Suplementares foram:

- necessidade de manutenção da rede elétrica e da rede de informática;
- melhores condições de limpeza e conservação da estrutura física;
- necessidade de maiores investimentos em segurança, iluminação, acústica e ventilação.

No contexto da UEL, o CCA e o CTU consideram as salas de professores muito boas, além dos Departamentos de Artes Visuais (CECA) e de Matemática (CCE).

Nota-se que tais condições de trabalho influenciam na qualidade do trabalho docente e na relação pedagógica que o professor estabelece com os alunos.

3.5.2.4 Gabinetes de trabalho para professores com dedicação exclusiva

Critério de análise: quando os gabinetes de trabalho implantados para os professores com dedicação exclusiva **são excelentes**, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

Os resultados encontrados chamam a atenção, pois há Centro/Departamentos e Órgãos de Apoio ou Suplementares (CEFE, CCS, Escritório de Assuntos Jurídicos e COU) que não têm gabinetes de trabalho para professores com Tempo Integral de Dedicação Exclusiva. Essa situação prejudica a permanência do professor na instituição, dificultando o atendimento aos alunos e comprometendo a produção científica docente.

Nos locais em que existem os gabinetes para os professores (CECA, CLCH, CCE, CCB, CCA, CESA) o instrumento avaliativo revelou que as principais ações que precisariam ser implementadas são: manutenção da estrutura predial e do mobiliário, ampliação da rede de informática e do número de computadores, maior investimento na segurança desses espaços de trabalho, melhoraria na qualidade dos serviços de limpeza. É possível verificarmos a relação entre a organização do ambiente de trabalho e a produção do professor.

Destaca-se que o CTU atribuiu valor 4 para este indicador, ou seja, muito bom, mas não apresentou a análise específica.

3.5.2.5 Laboratórios destinados a atividades pedagógicas, incluindo os laboratórios de pesquisa da mesma natureza

Critério de análise: quando os laboratórios destinados a atividades pedagógicas atendem de modo pleno/excelente aos requisitos de espaço, capacidade, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.

No que diz respeito à funcionalidade dos laboratórios pedagógicos e de pesquisa, realizando-se a média dos conceitos conferidos, a maioria dos respondentes a considera insuficiente, o que revela notável fragilidade institucional quanto a esse quesito.

A principal carência apontada pelos centros de estudos, departamentos e órgãos de apoio e suplementares consiste na quantidade insuficiente de servidores. Por um lado, é flagrante a necessidade crônica de pessoal encarregado da limpeza periódica, manutenção e conservação geral das instalações, queixa quase que unanimemente levantada. Por outro lado, aponta-se a urgência na contratação de pessoal técnico encarregado da operação, manutenção e conservação de instrumentais específicos, sob pena de se comprometer a plena realização das atividades pedagógicas práticas e de pesquisa. Ainda se acresce que a situação de insuficiência do quadro funcional penaliza o quadro existente, de modo a que, no interesse de tentar manter um padrão elevado de qualidade no atendimento, docentes e outros funcionários se veem obrigados à sobrecarga de serviços.

Outra questão quase unanimemente mencionada se refere às necessidades de aquisição ou atualização tecnológica de equipamentos laboratoriais, alguns dos quais são imprescindíveis para o desenvolvimento de aulas, como indicado pela COU e pelo Departamento de Química do CCE. Chama atenção o relato do Escritório Jurídico sobre a quantidade insuficiente de computadores em seu Laboratório de Informática: apenas 17 para 448 alunos matriculados. Pior ainda parece ser a condição do CSS: não há, em Laboratório, computadores disponíveis para os discentes, que precisam recorrer aos computadores das Bibliotecas.

Com relação ao espaço físico, verificam-se situações bastante distintas. Algumas unidades informam tamanho adequado e suficiente, por vezes ótimas (ex.: CCA, no que diz respeito às atividades pedagógicas), para seus laboratórios ou parte deles, enquanto outras se ressentem de tamanho inadequado e insuficiente (ex.: COU). Deve-se mencionar que podem ser consideradas preocupantes as condições relatadas por 3 dos Departamentos do CCE (Estatística, Física e Matemática), inclusive com a exigência de improvisação de laboratórios em salas de permanência de docentes; condições semelhantes atingem também o Departamento de Educação no CECA,

sendo preciso adaptar salas de aula para as necessidades laboratoriais. Preocupante também a inexistência de espaço para a instalação de Laboratórios de Informática relatada pelo CCA e, principalmente, a inexistência de laboratórios de pesquisa para 2 cursos do CCS (Farmácia e Odontologia), que então precisam utilizar a estrutura, já precária, disponível em espaços de Órgãos Suplementares.

Quanto aos requisitos de iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade, considerados numa perspectiva global, também há situações distintas nos reportes: certas unidades têm tais requisitos atendidos de forma suficiente (CCA, CCB), ao passo que são realmente graves os problemas enfrentados por outras unidades. No CCE e no CTU (onde, aliás, encontra-se interditado o Laboratório de Maquetes) são noticiadas falhas de infiltração que resultam em alagamentos e mesmo inundações, calor extremo nos ambientes, saturação na rede elétrica, capelas de exaustão ineficientes e, em especial, vazamentos na tubulação de gás, o que, além de obviamente comprometer a integridade do patrimônio público, ameaça sobremaneira a segurança de toda a comunidade da instituição. Tais problemas, à evidência, demandam urgentíssimas análises e soluções, pois certamente são os níveis deficitários de segurança o fator de maior desgaste desta IES na área da atividade laboratorial. Vale ressaltar que a comunidade da UEL já teve, em tempos mais ou menos recentes, a infelicidade de ver usuários de suas dependências vitimados por sérios defeitos nas estruturas de outros prédios, que não laboratórios.

Ainda no âmbito da segurança, foram mencionadas também fragilidades graves no que diz respeito a furtos e risco pessoal, como o uso de equipamento sem proteção. E, mais, foi relatado que a CIPA, órgão institucional responsável pela segurança no trabalho, tendo sido acionado para avaliar o funcionamento do Laboratório de Têxtil no CECA, há mais de 2 anos, ainda não forneceu nenhum laudo para o Departamento interessado, o de *Design*; importa, com urgência, a verificação das razões que impedem o correto funcionamento desse órgão, cuja tarefa é da mais cara importância, devendo a instituição zelar por suprir todas as necessidades requeridas para a realização desse mister.

Outras inadequações apontadas disseram respeito à precariedade da estrutura de acabamento das acomodações, do mobiliário e do acesso à *internet* nos laboratórios.

Quanto à acessibilidade, assunto dos mais importantes, apenas uma Unidade, o Escritório Jurídico, apontou a ausência, não tendo as demais se manifestado.

3.5.2.6 Auditório(s) e sala(s) de conferência

Critério de análise: quando o auditório e as salas de conferência destinadas às

atividades pedagógicas atendem aos requisitos de espaço, capacidade, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.

Quanto à funcionalidade de auditórios e salas de conferência, a média dos conceitos conferidos pelos Centros de Estudo e Órgãos de Apoio e Suplementares revela insuficiência no atendimento institucional às necessidades verificadas.

As situações mais graves são indicadas pelo COU, pelo CTU e pelo CCS, que não possuem auditórios nem salas de conferência próprias. No caso do CCS, a precariedade é contornada com a utilização de anfiteatro pertencente ao HURNP, o que, portanto, depende da disponibilidade do espaço que, ademais, necessita de reformas estruturais e de equipamentos para melhor acomodação, ventilação e acústica; ainda, a carência de recursos humanos limita ainda mais a utilização desse espaço, que fica assim restrita ao horário comercial – é referida a existência de outro anfiteatro, sem condições de uso, que necessita de investimento na infraestrutura para ser ativado.

Por outro lado, em pelo menos um caso as condições relatadas são consideradas de boa ou mesmo ótima qualidade: o CCB possui 4 auditórios, 3 dos quais com capacidade, cada um, para 120 pessoas, e o quarto com capacidade para 380 pessoas, todos com boas instalações e bons equipamentos. O anfiteatro maior, em especial, por suas condições pode atender a toda a Universidade, necessitando apenas de pequenas adequações para atender a eventos de grande porte.

Noutro caso as condições também são boas: o CESA possui anfiteatro com capacidade para 225 pessoas, 2 mini auditórios, cada qual comportando 90 pessoas, e outro mini auditório para 120 pessoas, todos com comodidade e equipamentos suficientes.

A maior parte das unidades institucionais apresentam situações intermediárias. O CLCH reporta espaço de boa capacidade, porém com instalações de comodidade, ventilação e equipamentos precários – principalmente, informa sobre gravíssimas condições estruturais que oferecem perigo à segurança dos usuários: forro danificado e ausência de extintores de incêndio e de sinalização para saídas de emergência.

Os demais Centros, bem como o Escritório Jurídico, embora por vezes indiquem condições razoáveis de iluminação, ventilação, acústica e segurança, veem-se sempre, de modo geral, às voltas com a ausência, número insuficiente ou tamanho pequeno de auditórios e salas de conferência, os quais só atendem de forma bastante precária à multiplicidade da demanda (eventos, palestras, conferências, videoconferências, reuniões, defesas de dissertações e de teses, cursos de curta duração), sendo muitas vezes necessário recorrer a auditórios e salas de outras unidades institucionais.

Complementarmente, foram reportados problemas com a limpeza e em relação à falta de materiais permanentes, como cadeiras e carteiras.

3.5.2.7 Biblioteca: instalações físicas

Critério de análise: quando as instalações físicas atendem às demandas institucionais, aos requisitos de espaço, capacidade, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação, comodidade, segurança, espaços para estudos individuais e em grupo necessários à atividade proposta.

O SBUEL totaliza uma área física de 6.626,85 m², distribuída entre a BC e as Bibliotecas Setoriais. O seu espaço físico é satisfatório para atender aos corpos docente e discente dos seguintes Centros de Estudos: CCA, CCE, CCB e CTU.

A BC, em cumprimento à legislação vigente, implementou as seguintes ações e bem-feitorias: área de entrada com porta em tamanho ideal para a passagem de cadeira de rodas; circulação entre as estantes de livros com tamanho ideal; banheiros adaptados; balcão de empréstimo adaptado; teclados, monitores e lupa eletrônica; equipamentos para combate a incêndios e plataforma elevatória para usuários portadores de necessidades especiais. Possui um portal de segurança instalado na entrada principal, o qual impossibilita o usuário de sair do recinto com material bibliográfico não autorizado. Conta com capacidade de assento para 500 usuários e disponibiliza, ainda, salas para estudo em grupo e espaços para estudo individual.

A BC possui espaço insuficiente para armazenamento da coleção bibliográfica. É necessária a construção de um novo prédio para abrigar a coleção bibliográfica das Bibliotecas do campus (projeto em andamento). Quanto à limpeza, manutenção e conservação, verifica-se falta de recursos humanos. Há deficiência no quesito ventilação e conforto térmico (quente no verão e frio no inverno). A acessibilidade é satisfatória; porém, necessita-se de ações para adequação do prédio às normas vigentes.

A Biblioteca Setorial da COU localiza-se fora do campus, na região central de Londrina. Atende discentes, docentes, funcionários e comunidade externa da área de Odontologia. Possui espaço físico aquém das necessidades e inexistente espaço específico para estudos em grupos. Em termos gerais, a iluminação, acústica e ventilação não são satisfatórias.

A Biblioteca Setorial de Ciências Humanas localiza-se no campus Universitário, entre o CESA e o CECA. Atende discentes, docentes, funcionários do CECA, CESA, CEF, CLCH e comunidade externa. As instalações são adequadas, mas o espaço físico

ainda é insuficiente. Não há salas para as atividades em grupo e não possui salas reservadas com acústica adequada.

A Biblioteca Setorial do CCS localiza-se na região sudeste de Londrina, junto ao CCS e ao HURNP. Atende discentes, docentes, funcionários e comunidade externa da área de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia. Possui uma área física ampla com um acervo adequado para a demanda, porém enfrenta problemas acústicos e de ventilação ocasionados pela deficiência do projeto arquitetônico.

A Biblioteca Setorial do EAAJ localiza-se na região central de Londrina, junto à respectiva Unidade Atende discentes, docentes, funcionários e comunidade externa da área de Direito, e necessita de adequações no sistema de ventilação e acústica.

3.5.2.8 Instalações sanitárias

Critério de análise: quando as instalações sanitárias apresentam condições em relação ao quantitativo da comunidade universitária e aos requisitos de espaço físico, iluminação, ventilação, limpeza, higienização, conservação e manutenção.

Quanto às instalações sanitárias, cujos referenciais de análise são os acima referidos, prevaleceu, com base nas respostas das respectivas Unidades, a noção de que as condições são insuficientes e/ou inadequadas.

Considerando os aspectos quantitativos dos respondentes, 50% entendem que as instalações são insatisfatórias e insuficientes; 25% acham que são satisfatórias e suficientes; 15%; que simplesmente não existem; e apenas 10% acham as instalações sanitárias muito boas.

Esse quadro quantitativo reflete a análise descritiva e qualitativa dos respondentes que, em uma análise global e sistêmica, podem ser sumarizadas da seguinte forma: (a) com relação ao quantitativo, a maioria das Unidades relata que há banheiros suficientes, inclusive adaptados para portadores de necessidades especiais – porém, algumas Unidades informaram que simplesmente não há sanitários, e outras que há sanitários, mas em número insuficiente para atender à atual demanda dos cursos; b) quanto aos aspectos de limpeza, manutenção, higienização e conservação, há consenso geral de que as condições são precárias, e relatos de falta de pessoal para fazer a higienização com regularidade, havendo ainda muitos sanitários que estão desativados por falta de manutenção.

3.5.2.9 Áreas de convivência e praças de alimentação

Critério de análise: quando a infraestrutura destinada a proporcionar a prática de esportes, a recreação, o desenvolvimento cultural e praças de alimentação atende de modo pleno/excelente à comunidade institucional.

Quanto às áreas de convivência e praças de alimentação, há que se distinguir o Restaurante Universitário (RU) como praça de alimentação subsidiada para comunidade universitária de uma forma geral e as praças de alimentação das diversas unidades (Centros de Estudos, principalmente).

Houve, em 2015, uma reforma e ampliação, mediante investimentos da ordem de R\$8,2 milhões, com recursos próprios da Universidade, sendo R\$6,5 milhões em obras de reforma e ampliação, e R\$1,7 milhão na aquisição de novos equipamentos e utensílios. O total de área reformada é de 1.566 metros quadrados, mais a área ampliada de 2.353 metros quadrados, somando uma área total de 3.919 metros quadrados. Com a ampliação, a comunidade universitária passou a ter à disposição 185 mesas, com 750 assentos, destacando-se 6 lugares reservados a cadeirantes. Nesse caso, houve significativas melhoras no atendimento e as condições gerais são muito boas.

O mesmo não se pode dizer das demais praças de alimentação, com funcionamento em horários alternativos nas diversas unidades e centros do campus da UEL, pois esse tipo de atendimento foi motivo de muitas críticas por parte das unidades, diversas das quais sequer possuem praça de alimentação.

No que importa aos demais espaços para práticas esportivas, recreação e desenvolvimento cultural, há consenso entre os respondentes que, apesar de muita área verde e espaço físico no campus, as condições para o desenvolvimento destas atividades são insuficientes ou simplesmente não existem.

3.5.2.10 Infraestrutura para CPA

Critério de análise: Quando a estrutura existente para a CPA atende às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço, equipamentos, mobiliário, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, manutenção e conservação.

Existe uma sala destinada para a CPA, de 15m², não sendo possível a sua utilização até o momento, pois não possui equipamentos e mobiliários, tampouco a previsão para sua instalação. Também não possui secretaria própria para apoio

operacional à CPA. Atualmente, a CPA vem utilizando espaços cedidos a cada semana por um Centro de Estudo, pois a sala no LABESC utilizada até o ano de 2015 para as reuniões não será mais disponibilizada. A presidente utiliza sua sala de trabalho e permanência como docente, no CCB, para realizar as atividades de presidente e secretariado, o que denota a precariedade logística com a qual a CPA necessita trabalhar.

3.5.3 Instalações

3.5.3.1 Equipamentos destinados às atividades administrativas e administrativo-pedagógicas

Critério de análise: quando os equipamentos destinados às atividades administrativas e administrativo-pedagógicas atendem aos requisitos de maximização de uso, adequação e qualidade, quantidade necessária, manutenção e atualização.

Analisando quantitativamente este indicador com base nas respostas das respectivas Unidades, a grande maioria (64%) entende que os equipamentos e sua utilidade são insatisfatórios; 7% acham que são satisfatórios; 5% que não existem; e nenhuma Unidade qualificou o serviço como pleno/excelente.

Esse quadro reflete a análise descritiva e qualitativa dos respondentes que, em uma análise global e sistêmica, podem ser sumarizadas da seguinte forma: a) os equipamentos são velhos, sucateados e obsoletos; b) não há manutenção, nem preventiva corretiva; c) não há pessoal de apoio para operar os equipamentos, quando necessário.

O que mais chamou a atenção por parte da Comissão é o relato, quase que unânime, de que os profissionais utilizam equipamentos pessoais para suprir as demandas dos serviços nas suas respectivas áreas.

3.5.3.2 Acesso à rede mundial de comunicação – *internet*

Critério de análise: quando a instituição apresenta mecanismos de disponibilização de conexão à rede mundial de comunicação/*internet* a estudantes, professores e técnicos administrativos ou agentes universitários no que diz respeito à qualidade e atualização tecnológica dos equipamentos e acesso à *internet* banda larga.

No que se refere ao acesso à rede mundial de comunicação (*internet*), observados os conceitos conferidos, a média conceitual extraída não chega a 2,5, o que reflete a insuficiência da resposta institucional a essa necessidade.

Embora exista o acesso a cabo e *wireless* por quase toda a área do campus, para docentes, discentes e servidores administrativos, os centros de estudos, departamentos, órgãos de apoio e complementares apontam, de forma quase unânime, a precariedade desses serviços. Sobretudo no que diz respeito à baixa velocidade e à instabilidade das conexões, e a precariedade dos cabos e equipamentos, a tecnologia não é atualizada, o que prejudica a prestação de serviços administrativos e pedagógicos à comunidade acadêmica e extra-acadêmica, como o atendimento realizado pelo Escritório de Aplicação e Assuntos Jurídicos e a realização de bancas e eventos que poderiam acontecer à distância. Tais deficiências de acesso e navegação são bastante intensificadas em momentos de pico, pelo aumento do número de usuários.

Foi relatada também a quantidade insuficiente de pessoal técnico para suprir as demandas de informática, o que, mais uma vez, sobrecarrega o pessoal existente. O CCS e o COU ainda apontam que, em certos casos, havendo a necessidade de serviços a serem prestados pelo ATI, ficam os mesmos dificultados pela distância (8 km) entre a localização das unidades e desse Órgão de Apoio.

3.5.3.3. Equipamentos destinados às atividades pedagógicas

Critério de análise: quando os equipamentos destinados às atividades pedagógicas atendem aos requisitos de maximização de uso, adequação, qualidade, quantidade necessária, manutenção e atualização.

No que concerne à situação de equipamentos destinados às atividades pedagógicas, a média apurada dos conceitos conferidos pelos Centros de Estudo e Órgãos de Apoio e Suplementares evidencia a resposta insuficiente da instituição às demandas verificadas.

De modo geral, a quantidade e adequação desses equipamentos, inclusive os específicos, parece ser suficiente para a maioria das unidades institucionais, no que diz respeito a dispositivos de áudio e vídeo e projetores multimídia fixos (permanentes). Entretanto, inadequação e quantidade seriamente insuficiente de equipamentos, em relação ao número de alunos matriculados, são reportadas pelo Escritório de Aplicação e Assuntos Jurídicos, pelo CCE e pelo CECA.

Os principais problemas das unidades institucionais, relatados quase unanimemente, dizem respeito às graves deficiências de manutenção, à extrema

lentidão nos processos de substituição e reposição e, principalmente, à desatualização tecnológica que provoca a grande obsolescência de aparelhos, em especial computadores.

Três casos relevantes merecem ser destacados. Em primeiro lugar, o relatado pelo CCS como urgência, sobre a deficiência, inadequação, desatualização e até mesmo distância de importantes equipamentos específicos para aulas de simulação da prática de procedimentos de clínica e enfermagem e para aulas de produção de medicamentos, além de dificuldades relativas à finalização da construção de uma clínica nova para o Curso de Odontologia.

Os outros casos, embora tenham sido reportados, cada qual, por apenas um Centro de Estudo, parecem ser, pela experiência, extensíveis, senão à maioria, a pelo menos grande parte das demais Unidades institucionais. É assim que o CCE informa que, diante da precariedade, a Graduação se utiliza de equipamentos obtidos por meio de Projetos de Pesquisa destinados a atender a demandas da Pós-Graduação. E o CESA informa sobre a deficiência institucional em oferecer *notebooks* que são rotineiramente utilizados pelos docentes – a CPA considera poder haver, portanto, pelo menos nesse particular, uma oneração sobre os rendimentos dos docentes, os quais seriam obrigados a adquirir, por seus próprios meios, equipamento tecnológico atualizado, para atender às demandas pedagógicas que não estão sendo atendidas pela instituição.

3.5.3.4. Biblioteca: sistema de informatização

Critério de análise: quando a informatização da biblioteca – computadores, programas e aplicativos – são de tecnologia atual e em quantidades que atendem às demandas previstas para a utilização do acervo, permitindo diferentes formas de pesquisa, reserva *online* e acesso via *internet*.

Os serviços de catalogação, empréstimo e catálogo *on-line* encontram-se automatizados, sendo que o *software* adquirido para o gerenciamento dos dados é o VTLS-VIRTUA. O sistema permite fazer empréstimos, renovações, reservas de material bibliográfico, como também a reserva ou renovação de livros *on-line* pode ser efetuada via *internet* pelo *site* da Biblioteca (www.uel.br/bc) ou pelo telefone. Esse sistema possibilita o acesso ao catálogo *on-line* por meio da página <http://virtua.uel.br:8000/>, na qual o usuário pode consultar a coleção bibliográfica do SB, recuperar qualquer item da coleção de monografias, quer por autor, título, ou assunto genérico, bem como saber se o item desejado se encontra disponível ou emprestado, e ainda recuperar as teses e

dissertações defendidas na UEL e inseridas na Biblioteca Digital.

Nem todos os Centros contam com Biblioteca Setorial. Os equipamentos disponíveis para consulta do usuário são antigos e não dispõem de programas atualizados. Além disso, a quantidade de computadores disponíveis para pesquisa é insuficiente para o número de usuários. O sistema provedor de *internet* é lento, o que dificulta a utilização do acervo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CPA tem buscado ser uma instância propositiva de medidas que são emanadas a partir das respostas ao Formulário de Autoavaliação da UEL, ou seja, atuando na reunião, discussão e análise das demandas da comunidade universitária. A mesma não é uma instância executiva como a Reitoria, Pró-Reitorias ou legislativa e decisória como os Conselhos Superiores. Não compete à CPA dar encaminhamentos ou realizar planejamento para a UEL e sim apresentar um diagnóstico da real situação, buscando apresentar sugestões de encaminhamentos, que serão discutidos por toda a comunidade universitária, gerando decisões democráticas.

Desta forma, a CPA recomenda implementar o processo de avaliação do PDI baseado em análises aprofundadas das metas e ações propostas e seu cumprimento. Essas informações devem refletir a realidade da instituição e subsidiar o Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios emanados da CPA.

Essa sistemática avaliativa deve avançar para além das categorias “concluída”, “concluída parcialmente” e “não concluída” (como estabelecido no PDI 2016-2021), apresentando definição dos objetivos, clareza das metas e coerência das ações, bem como o cronograma e a indicação das instâncias executoras. Destaca-se a necessidade da comunidade universitária comprometer-se e responsabilizar-se com o processo de autoavaliação institucional, pois este somente se consolidará com as observações e contribuições daqueles que vivenciam as ações previstas/implantadas no PDI, considerando as especificidades de cada unidade/subunidade.

Com relação ao Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional, destacam-se as seguintes proposições:

- Explicitar no PDI um cronograma de rediscussão e atualização, considerando procedimentos, executores e data de início e final de cada fase e a metodologia avaliativa para acompanhar a evolução do mesmo;

- Promover discussões dos Instrumentos de avaliações de curso, docente, discente e técnico pelos diferentes segmentos da comunidade universitária e institucionalização pelos Conselhos Superiores;
- Organizar oficinas como estratégia para compreensão dos indicadores avaliados, distinção das tarefas das instâncias envolvidas em diferentes momentos avaliativos e visibilidade do processo de Autoavaliação Institucional;
- Apresentar o trabalho realizado pela CPA no evento de recepção dos Chefes e Coordenadores de Colegiado.
- Divulgar os resultados obtidos para a comunidade interna e externa;
- Realizar fóruns de discussão e análise dos resultados da Autoavaliação Institucional;
- Elaborar plataforma digital para dinamizar a Autoavaliação Institucional;
- Discutir políticas de graduação e pós-graduação considerando a necessidade de formação multiprofissional, interdisciplinar e incentivando o processo de internacionalização;
- Fortalecer a percepção da comunidade universitária acerca das ações relacionadas à diversidade étnico racial, meio ambiente, direitos humanos e inclusão;
- Promover maior integração entre a comunidade externa e a UEL.
- Disponibilizar a mesma versão do PDI (impressa e online).
- Construção democrática do PDI mais enxuto e objetivo.

Com relação às políticas acadêmica e de gestão, destacam-se as seguintes proposições:

- Priorizar investimentos a partir dos resultados das avaliações das unidades;
- Planejar e implantar políticas e fontes orçamentárias compatíveis com as atribuições que estão reservadas à UEL;
- Fortalecer as políticas pedagógicas dos cursos, tendo em vista a implantação da avaliação sistemática dos cursos com a participação discente;
- Formular e implantar políticas e ações de valorização da atividade docente ligada à graduação;
- Fomentar redes temáticas interdisciplinares e multiprofissionais entre os docentes;
- Integrar pesquisa com o empreendedorismo, gerando ciência, tecnologia e inovação;

- Articular estratégias efetivas de captação e permanência de estudantes na graduação e pós-graduação;
- Reafirmar e incentivar a extensão como processo acadêmico, vinculando ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento para a formação cidadã;
- Desenvolver e aprimorar estratégias para a disseminação da produção acadêmica;
- Implantar uma política de comunicação (interna e externa) efetiva e ocupação de espaços estratégicos na mídia, destacando a UEL, de forma mais incisiva na sociedade, como parceira no desenvolvimento da cidade e região;
- Criar estratégias para inserir o egresso na autoavaliação da Universidade;
- Simplificar e racionalizar os processos burocráticos e de trabalho para garantir eficiência na gestão;
- Aprimorar os sistemas digitais de gestão e administração;
- Implementar plano de contratação do servidor docente e servidor técnico (reposição/expansão);
- Aperfeiçoar os recursos infraestruturais, materiais e financeiros, implementando estratégias e/ou procedimentos para utilização plena e racionalização da capacidade instalada da UEL;
- Consolidar políticas para o desenvolvimento tecnológico, artístico e cultural.

Com relação à infraestrutura física, destacam-se as seguintes proposições:

- Implantar políticas administrativas e institucionais capazes de auxiliar no processo de identificação das prioridades, bem como a definição de instâncias responsáveis pela gestão e operacionalização;
- Garantir a manutenção, modernização, acessibilidade e segurança dos prédios;
- Retomar a discussão sobre o PEI nas unidades/subunidades;
- Priorizar manutenção da rede elétrica, hidráulica, pluvial e lógica;
- Garantir melhores condições de limpeza e conservação da estrutura física;
- Assegurar maiores investimentos em segurança, iluminação, acústica e ventilação;
- Planejar atualização tecnológica de equipamentos de informática e de laboratórios;
- Regularizar documentação referente a Laudos e Alvarás exigidos por lei.
- Providenciar para a CPA serviço de secretaria e de arquivamento adequado dos documentos.

Após o término da análise dos cinco eixos e das recomendações apresentadas, a CPA considera que ocorreram as seguintes conquistas no período compreendido entre 2015 e 2017:

- Maior sensibilização na comunidade universitária quanto a Autoavaliação Institucional;
- Construção de instrumento de avaliação docente em estágio probatório, que está sendo apreciado pelas unidades/subunidades para posterior aprovação e implantação;
- Melhoria de gerenciamento no Sistema UEL web;
- Melhoria na acessibilidade das unidades/subunidades;
- Restauração da pavimentação asfáltica do campus;
- Início da implantação da ciclovia;
- Ampliação do percentual das cotas oferecidas;
- Ingresso no SISU;
- Ampliação do número de convênios internacionais firmados;
- Implantação de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EaD;
- Construção, adequação e expansão na infraestrutura: Restaurante Universitário, COU, Cine Teatro Ouro Verde, HURNP, Laboratórios de Pesquisa e central de salas de aula para graduação e pós-graduação, Biotério Central, dentre outros;
- Fortalecimento da atuação da CPA junto aos conselhos superiores e à comunidade universitária, decorrente da gradual conscientização da importância dos processos de avaliação;
- Alocação de sala para o desenvolvimento das atividades da CPA.

Foram destacadas, pela comunidade universitária, as consequências das ações impostas pelas políticas de gestão adotadas pela mantenedora, que refletem diretamente na qualidade do ensino público ofertado pela instituição.

Segundo o PDI, a missão institucional é assim descrita:

Gestão democrática, com plena autonomia didático-científica, comprometida com o desenvolvimento e à transformação social, econômica, política e cultural do Estado do Paraná e do Brasil. Busca garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a igualdade de condições de acesso e de permanência discente, a liberdade e respeito ao pluralismo de ideias, tendo como finalidade a produção e disseminação do conhecimento, formando cidadãos e profissionais com competência técnica e humanística, orientada por valores éticos de liberdade, igualdade e justiça social (UEL, 2016, p.87)

Dessa forma, ações como redução dos repasses financeiros e a não reposição

de pessoal impactam nas funções básicas, precarizando o trabalho e a infraestrutura física o que compromete a função da universidade.

Sendo assim, este relatório não deve ser considerado a etapa final do processo avaliado, e sim a continuidade da reflexão de toda a comunidade universitária acerca do assunto, para que a avaliação seja um processo de retroalimentação para o planejamento e a execução.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: (07/03/18)

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Instrumento de avaliação institucional externa**: subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica (presencial), Brasília, jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 062**. Brasília, out. 2014.

GALDINO, M. N. D. **A autoavaliação institucional no ensino superior como instrumento de gestão**. 2015. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/assets/pdf/2015/artigo-avaliacao-institucional.pdf>>. Acesso em: fev. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2016 - 2021**. Londrina, 2016.

VERHINE, R. E.; FREITAS, A. A. S. M. A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional. **Revista Ensino Superior**. Campinas, v. 7, p. 16-39, nov. 2012.